



UFSM

Trabalho de Graduação

**ANÁLISE DA CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL
APLICADA À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE
CAIXA**

Ibanez Ortiz Xavier Junior

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**ANÁLISE DA CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL
APLICADA À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE
CAIXA**

por

Ibanez Ortiz Xavier Junior

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis do Centro de
Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito da disciplina **CTB1012 – Trabalho de
Graduação em Ciências Contábeis**

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis**

O Professor Orientador, abaixo assinado, aprova o Trabalho
de Graduação

**ANÁLISE DA CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL
APLICADA À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE
CAIXA**

elaborado por

Ibanez Ortiz Xavier Junior

Como requisito da disciplina CTB1012 – Trabalho de
Graduação em Ciências Contábeis

PROFESSOR ORIENTADOR:

Prof. Rodrigo Debus Soares
(Orientador)

Santa Maria, novembro de 2004.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida auferida e pela saúde que me propiciou a realização deste trabalho.

Agradeço aos maiores exemplos de vida que tenho, meu pai (*in memoriam*) e minha mãe. A estes, também, por ter me dado o caminho de minha vida para chegar até aqui.

A minha companheira Geresa, por compreender os momentos de ausência, que foram necessários, durante a minha jornada acadêmica e, também, pela paciência, a força, o carinho, o companheirismo e o amor que foi fundamental.

Ao professor Rodrigo Debus Soares, que além de orientador, foi um mestre e um amigo ao transmitir seus conhecimentos para a concretização deste trabalho.

A todos os professores, desde os primeiros aprendizados, até este momento, pelo conhecimento, apoio e amizade que foram transmitidos.

Enfim a todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a elaboração deste trabalho de graduação.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	v
LISTA DE ABREVIATURAS	vii
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema	1
1.1.1 Delimitação do Tema	1
1.2 Problema	1
1.3 Objetivos	3
1.3.1 Objetivo Geral	3
1.3.2 Objetivos Específicos	3
1.4 Justificativa	4
1.5 Metodologia	6
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
2.1 Planejamento dos Recursos Humanos	11
2.2 Planejamento dos Recursos Financeiros	16
2.2.1 Princípios de Fluxos de Caixa e Orçamento de Capital	21
2.3 Demonstração dos fluxos de caixa – DFC	26
2.4 Correção Monetária Integral – CMI.....	37
2.4.1 História da Correção Monetária Integral.....	38
2.4.2 Da extinção da Correção Monetária Integral	39
2.4.3 A Correção Monetária Integral Em Outros Países	41
2.4.4 A Influência da Correção Monetária Integral nas Informações para as Empresas	42
2.4.5 Os Efeitos Causados Pela Não Correção dos	43

Demonstrativos Contábeis e a Importância da Correção Monetária Integral para as Empresas	
2.4.6 Ajuste a Valor Presente de Direitos e Obrigações	50
3 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO	51
4 CONCLUSÃO	77
BIBLIOGRAFIA	80

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Formato Geral de Orçamento de Caixa.....	25
QUADRO 2 – Modelo da DFC pelo Método Direto.....	34
QUADRO 3 – Modelo da DFC pelo Método Indireto.....	36
QUADRO 4 – DRE pela Correção Monetária Integral.....	45
QUADRO 5 – Balanço Patrimonial.....	51
QUADRO 6 – Demonstrativo do Resultado do Exercício.....	52
QUADRO 7 – Operações Ocorridas durante o período de Janeiro de 2004	53
QUADRO 8 – Operações Ocorridas durante o período de Fevereiro de 2004.....	54
QUADRO 9 – Operações Ocorridas durante o período de Março de 2004.....	55
QUADRO 10 – Cotações Taxa ANBID.....	57
QUADRO 11 – Razão Conta Caixa	58
QUADRO 12 – Razão Conta Clientes.....	59
QUADRO 13 – Razão Conta Fornecedores.....	59
QUADRO 14 – Cálculo Perdas no Caixa pela CMI Jan-04.....	60
QUADRO 15 – Cálculo Receita Comercial Financeira Jan-04.....	60
QUADRO 16– Cálculo Despesa Comercial Financeira Jan-04.....	61
QUADRO 17– DFC I Jan-04.....	62
QUADRO 18– DFC II Jan-04.....	63
QUADRO 19– Cálculo Perdas no Caixa pela CMI Jan-04.....	64
QUADRO 20– DFC III Jan-04.....	65
QUADRO 21– Cálculo Perdas no Caixa pela CMI Fev-04.....	66

QUADRO 22– Cálculo Receita Comercial Financeira Fev-04.....	66
QUADRO 23– Cálculo Despesa Comercial Financeira Fev-04.....	67
QUADRO 24– DFC I Fev-04.....	68
QUADRO 25– DFC II Fev-04.....	69
QUADRO 26 – Cálculo Perdas no Caixa pela CMI Fev-04.....	70
QUADRO 27 – DFC III Fev-04.....	71
QUADRO 28 – Cálculo Perdas no Caixa pela CMI Mar-04.....	72
QUADRO 29 – Cálculo Receita Comercial Financeira Mar-04.....	72
QUADRO 30 – Cálculo Despesa Comercial Financeira Mar-04...	73
QUADRO 31 – DFC I Mar-04.....	74
QUADRO 32 – DFC II Mar-04.....	75
QUADRO 33 –Cálculo Perdas no Caixa pela CMI Mar-04.....	75
QUADRO 34 - DFC III Mar-04.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS

CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FAS	<i>Financial Accounting Standard</i>
FASB	<i>Financial Accounting Standard Board</i>
IBRACON	Instituto Brasileiro de Contadores
IOB	Informações Objetivas
S/A	Sociedades Anônimas

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as empresas necessitam de capacidade financeira para gerar suas receitas futuras, ou seja, projeções confiáveis do seu caixa. Através disso, analisando a correção monetária integral aplicada as suas demonstrações dos fluxos de caixa tem-se uma análise das disponibilidades de determinada empresa no mercado atual.

1.1 TEMA

Análise da Correção Monetária Integral aplicada a Demonstração do Fluxo de Caixa.

1.1.1 Delimitação do Tema

Implementação da Demonstração do Fluxo de Caixa e Correção Monetária Integral como ferramenta de gestão e análise contábil na perda de recursos financeiros de uma empresa devido às variações inflacionárias do mercado.

1.2 PROBLEMA

Com a atual economia mundial, onde a concorrência é cada vez maior, as empresas buscam constantemente formas de uso de ferramentas que venham a contribuir e obter um diferencial em relação às demais.

No mundo econômico, o denominador final comum a todas as operações é o dinheiro. E no longo prazo, o conceito de lucro está voltado exatamente a uma diferença de riqueza medida em dinheiro.

As práticas utilizadas pelas empresas visam a constituição de capital de giro e conseqüentemente o lucro e a estabilidade no mercado. Conjuntamente a isto, a empresa anseia por seu crescimento no mercado, atuando sempre em busca de melhorias que venham a retornar em aumento de participação no mercado, aumento do número de clientes, melhor gerenciamento de negócios, melhor rentabilidade, crescimento social. Enfim, todos os fatores que venham a garantir ou proporcionar a empresa uma relação melhor com o mercado e conseqüente crescimento da mesma.

A profissão do contador nos dias atuais está ligada a visão de melhoria e crescimento nas atividades empresariais. Assim sendo, ele deve agir como parceiro de idéias, consultor de propostas e gerenciador de informações importantes obtidas através da contabilidade. Através de dados contábeis e financeiros, o contador poderá utilizá-los como ferramenta gerencial e financeira de previsão de futuro e análise de desempenho da empresa, proporcionando informações fidedignas e confiáveis aos administradores e diretores, tornando-se importante no processo decisório.

As empresas, muitas vezes passam por enormes dificuldades devido à falta de recursos financeiros, podendo ter vários fatores causadores de instabilidade no mercado atual, como por exemplo: altos índices inflacionários, falta de gerenciamento financeiro, planejamento e controle, gastos exagerados, pouco fluxo de dinheiro, enfim, várias são as possibilidades que podem abalar financeiramente as empresas no atual mercado competitivo.

Constata-se que a partir do tema deste trabalho: Análise da Correção Monetária Integral aplicada à Demonstração do Fluxo de Caixa, o objeto de estudo remete a pensar o seguinte questionamento: O uso da Demonstração do Fluxo de Caixa e da Correção Monetária Integral para a verificação de perdas de recursos financeiros disponíveis da empresa se revestem de importância na gestão de finanças das mesmas?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar as perdas de recursos financeiros da empresa devido as variações inflacionárias, utilizando como instrumento a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Correção Monetária Integral.

1.3.2 Objetivos Específicos

A verificação de recursos financeiros de uma empresa em relação ao mercado atual, com mudanças constantes, vêm a mobilizar os contadores e os empresários em busca dos objetivos traçados. Em vista disso, este trabalho tem os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar a situação atual dos temas envolvidos na pesquisa;
- b) Averiguar as causas das perdas dos recursos financeiros através da Demonstração do Fluxo de Caixa;
- c) Verificar o desempenho de uma empresa em um determinado período de tempo;

- d) Examinar a Demonstração dos Fluxos de Caixa comparando com as variações inflacionárias na empresa;
- e) Fazer uma análise de finanças de curto prazo da empresa no atual mercado para direcionar possíveis soluções na perda de recursos financeiros, sob a ótica da Correção Monetária Integral.

1.4 JUSTIFICATIVA

Em vista da atual conjuntura mundial da economia, as empresas enfrentam mudanças muito significativas pelas transformações tecnológicas, econômicas e financeiras impostas para elas devido as variações do mercado atual. Através disso, a competitividade das empresas é cada vez maior, resultando na busca de mais espaço para a sobrevivência das mesmas. Com isso, no cenário mundial, implica aos empresários e contadores a criação de idéias inovadoras, alternativas que solucionem problemas e ferramentas que auxiliem desempenhos melhores no dia-a-dia com o apoio da contabilidade, sendo a mesma direcionada para o planejamento gerencial, estratégias de mercado e análises econômico-financeiras na tomada de decisões.

A empresa constantemente interage com o meio, influenciando transformações significantes nos cenários

internos e externos, e através disso, o contador moderno deve agir como um analista financeiro e gerencial, para que produza benefícios no apoio das decisões a serem tomadas no processo empresarial.

O contador necessita planejar cenários futuros, para que as mudanças constantes sejam absorvidas com normalidade não afetando negativamente a empresa. Uma das ferramentas é a análise econômico-financeira, onde o Contador pode comparar demonstrações contábeis em períodos anteriores com os atuais para fazer projeções satisfatórias e confiáveis.

Entre as Demonstrações que podem ser usadas como ferramentas de análise gerencial, destaca-se a Demonstração do Fluxo de Caixa devido à necessidade de melhor administrar os recursos financeiros disponíveis a empresa, sendo necessários dois aspectos: 1º evitar as perdas dos recursos financeiros através da Demonstração do Fluxo de Caixa; 2º fazer análises comparativas da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Desta forma, em busca de solucionar as perdas dos recursos financeiros devido as variações inflacionárias, este trabalho se propõe a desenvolver ações que promovam a capacidade da empresa gerenciar seus compromissos e pagamentos, controlar seus recebimentos utilizando a

Demonstração do Fluxo de Caixa e a Correção Monetária Integral.

1.5 METODOLOGIA

Dentre os vários métodos científicos serão usados neste trabalho: pesquisas bibliográficas, métodos comparativos, dedutivos e estudo de caso.

No decorrer deste trabalho será feito um estudo aprofundado das pesquisas bibliográficas que são muito importantes, pois objetivam selecionar e interpretar as várias contribuições teóricas para o futuro do trabalho. Segundo Martins (2000, p. 28), “trata-se de estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto”.

Os temas em questão são: as Demonstrações Contábeis, administração financeira, e principalmente a Correção Monetária Integral aplicada a Demonstração do Fluxo de Caixa. Este terá a consistência teórica necessária com as contribuições que vier absorver sobre determinados assuntos que forem assim abordados e interpretados em benefício do mesmo.

Por outro lado, o método comparativo permite o exame dos fatos, para assim buscar princípios que sejam válidos no uso, por exemplo, das variações dos resultados financeiros observados pela utilização das Demonstrações Contábeis.

Para Lakatos & Marconi (2001, p.107),

Ocupando-se da explicação dos fenômenos, o método comparativo permite analisar o dado concreto,

deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Constitui uma verdadeira ‘experimentação indireta’. É empregado em estudos de largo alcance (desenvolvimento da sociedade capitalista) e de setores concretos (comparação de tipos específicos de eleições), assim como para estudos qualitativos (diferentes formas de governo) e quantitativos (taxa de escolarização de países desenvolvidos e sub-desenvolvidos).

A comparação das variações dos resultados financeiros irá expor se há ou não perdas dos recursos financeiros de determinada empresa, utilizando em prol a Correção Monetária Integral e a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Comparando os fatos e as variações será possível chegar em determinados resultados que ajudam a deduzir justificativas específicas, como por exemplo, o ciclo financeiro de uma determinada empresa.

Além disso, o método dedutivo tem aplicação nos recursos lógicos onde contenha verdades coerentes e consistentes em contextos justificados, como bem esclarece Martins (2000, p. 27),

Dedutivo: este método é definido como um conjunto de proposições particulares contidas em verdades universais. Parte da premissa antecedente (valor universal) e chega ao conseqüente (conhecimento particular). A aplicação desse método exige o uso de recursos lógico-discursivos. É usado dentro de contextos de justificação e tem por critério de verdade a coerência, consistência e a não-contradição.

O método dedutivo será muito importante através da análise da Correção Monetária Integral aplicada à Demonstração do Fluxo de Caixa, e também, as comparações das Demonstrações Contábeis que no decorrer dessa pesquisa serão estudadas e analisadas, buscando possíveis soluções coerentes para o problema

já citado. A comparação das variações servirá como peça importante de dados concretos, deduzindo idéias consistentes e não-contraditórias aos fatos verificados.

Finalmente, será feito um estudo de caso de uma determinada empresa, com o intuito de analisar a situação atual dos temas e averiguar as causas das perdas dos recursos financeiros, com os impactos inflacionários, através disso, servirá como método para examinar as demonstrações contábeis e fazer uma análise geral da empresa, dos períodos necessários para cumprir os objetivos estabelecidos. Assim, explica Martins (2000, p. 28) que, “Estudos de casos: dedica-se a estudos intensivos do passado, presente e de interações de uma (ou algumas) unidade social: indivíduo, grupo, instituição, comunidade... São validados pelo rigor do protocolo estabelecido”.

Assim sendo, com uma análise crítica dos dados, visando a satisfação de determinada empresa, evidenciará se há perdas de recursos financeiros devido as variações inflacionárias, utilizando como instrumento de pesquisa a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Correção Monetária Integral.

Diante do exposto, os métodos utilizados são usados concomitantemente durante o processo do trabalho em questão, a sinergia de métodos, a co-relação entre pesquisas bibliográficas, métodos comparativos e dedutivos e o estudo de casos foram indispensáveis para a elaboração deste trabalho.

Trabalho este que consta de quatro assuntos que serão abordados no capítulo seguinte, destacando-se:

- a) Planejamento dos recursos humanos – a gestão de pessoas para o sucesso das empresas;

- b) Planejamento dos recursos financeiros – planejamento de metas para decisões de investimento e financiamento das empresas;
- c) Demonstração dos fluxos de caixa – ferramenta importante que fornece as movimentações do caixa para avaliar os recursos financeiros das empresas; e
- d) Correção monetária integral – instrumento para corrigir os valores das demonstrações contábeis.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A empresa no mercado atual precisa ser uma organização empresarial coesa, com idéias e planejamentos definidos, tendo flexibilidade nas transformações do dia-a-dia e capacidade de gerenciar os negócios. Para isso tem-se como objetivo o desenvolvimento de quatro assuntos importantes, dentre os quais destacam-se: Planejamento dos Recursos Humanos, Planejamento dos Recursos Financeiros, Demonstração do Fluxo de Caixa e Correção Monetária Integral.

2.1 Planejamento dos Recursos humanos

Com as dificuldades encontradas no mercado de trabalho e as novas exigências impostas pelo cenário mundial, as pessoas têm procurado obter constantemente uma evolução de conhecimento, preocupando em inovar as atitudes, métodos e estratégias de negócios. Assim, começou a procura de uma nova “figura” no mercado, um diferencial, pessoas com talentos humanos, inovadoras, capazes de gerir novos conhecimentos e agregar informações que possam ser proveitosas pelas empresas.

A necessidade de conhecimentos em diversas áreas fez com que o contador tivesse a ânsia de crescimento juntamente com a evolução da contabilidade obtendo conhecimentos que sejam aplicados nas empresas, planejando e gerenciando cada vez mais de perto os negócios em várias áreas, como por exemplo, as áreas financeiras e gerenciais, tendo uma forte evolução em contabilidade financeira.

A busca pelo conhecimento e pelo planejamento e aperfeiçoamento humano faz com que os contadores se tornem cada vez mais preparados aos obstáculos ao mercado competitivo. Através disso, a qualificação das pessoas estão influenciando as

empresas às possibilidades de crescimento e estratégias de controle pré-determinadas pela alta administração.

Os contadores desempenham um papel muito importante no progresso e manutenção das empresas no mercado. Em qualquer empresa que possua várias unidades existe a dependência umas das outras, não podendo considera tais unidades isoladamente. É necessário relacioná-las aos objetivos da empresa.

Através disso as empresas têm como finalidade permanecer sempre em atividade. Para isso uma organização precisa ter dois tipos de objetivos: a)objetivos operacionais: referentes à sua atividade principal; b)objetivos sociais: relacionados a seus compromissos com os clientes, trabalhadores e sociedade como um todo.

Com os objetivos traçados num mercado extremamente competitivo e globalizado, as empresas aumentam a importância da qualidade dos produtos e da prestação de serviços hoje.

Com a globalização dos negócios, o desenvolvimento tecnológico, o forte impacto da mudança e o intenso movimento pela qualidade e produtividade, surge uma eloqüente constatação na maioria das organizações: o grande diferencial, a principal vantagem competitiva das empresas,decorre das pessoas que nelas trabalham.

Através de tudo isso, as pessoas significam o elo entre a organização e o sucesso no mercado competitivo. Significa que elas possuem os conhecimentos e as habilidades indispensáveis às atividades das organizações. Visto que, são o diferencial competitivo para promover o sucesso da organização, mostrando que o mundo globalizado, mutável é fortemente competitivo.

As empresas, de acordo com as mudanças do mercado competitivo, está mudando o seu modo de agir nas suas práticas gerenciais. Os investimentos que eram nos produtos e serviços, agora investem nas pessoas que através delas sabem desenvolver, produzir e melhorar tais produtos e serviços.

No mercado atual, as pessoas constituem a peça fundamental do sucesso empresarial, consecutivamente, estratégias são utilizadas para ajudar a ganhar vantagens em relação aos concorrentes que disputam o mercado.

O contador nesse enfoque dá importância ao diferencial das pessoas, tem o papel fundamental quanto aos objetivos globais e estratégicos das empresas. Isso porque o contador necessita ter ligação direta com as pessoas importantes na operacionalização dentro das organizações, proporcionando informações indispensáveis aos acionistas e investidores. No entanto, a solução do relacionamento entre pessoas e organizações requer negociação, participação e sinergia de esforços.

Para Chiavenato (1999, p 05),

Assim, o contexto em que se situa a Gestão de Pessoas é representado pelas organizações e pelas pessoas. Em resumo, as organizações são constituídas de pessoas e dependem delas para atingir seus objetivos e cumprir suas missões. E para as pessoas, as organizações constituem o meio pelo qual elas podem alcançar vários objetivos pessoais com um mínimo de tempo, esforço e conflito.

Dessa forma, no mercado atual, os contadores agem como parceiros da organização, contribuindo assim no processo gerencial e financeiro da mesma. Cada um dos parceiros da organização tem participação importante, contribuindo com algo na expectativa de obter o retorno pela sua contribuição, formando

alianças estratégicas para fortificar seus negócios e conseqüentemente expandir suas fronteiras no mercado.

Para isso, o efeito sinérgico da organização reuni todos os recursos recebidos aumentando seus resultados com o propósito de manter seus negócios.

Na gestão de pessoas, traçadas pelas empresas, os objetivos são de grande importância para ambos, as pessoas e as empresas, formando um elo em busca de sucesso no mercado atual.

As pessoas, no mercado atual, constituem o principal ativo da organização. Vários são os objetivos da Gestão de Pessoas para o sucesso da empresa, como bem esclarece Chiavenato (1999, p 09 e 10),

- 1. Ajudar a organização a alcançar seus objetivos e realizar sua missão,**
- 2. Proporcionar competitividade à organização,**
- 3. Proporcionar a organização empregados bem treinados e bem motivados,**
- 4. Aumentar a auto-atualização e a satisfação dos empregados no trabalho,**
- 5. Desenvolver e manter qualidade de vida no trabalho,**
- 6. Administrar a mudança,**
- 7. Manter políticas éticas e comportamento socialmente responsável.**

O ambiente competitivo proporciona mudanças constantes e uma melhoria contínua nas empresas. Através disso, os funcionários tornam-se empreendedores e criativos obtendo o crescimento profissional necessário no mercado.

Segundo Chiavenato (1999), na Era da Informação os planejamentos empresariais são ferramentas importantes para tal crescimento profissional facilitando estratégias de mercado e desenvolvendo novos produtos para as empresas.

O contador nesse enfoque do planejamento e do aperfeiçoamento humano está cada vez mais se qualificando e procurando aplicar nas empresas estratégias financeiras e gerenciais para o sucesso das mesmas.

Dessa forma, a competência adquirida pelos contadores faz com que desenvolva demonstrativos gerenciais específicos para cada empresa, conforme suas atividades. Com isso, o profissional contábil juntamente com seus planejamentos, auxilia no crescimento das organizações no mercado atual, fazendo especificamente com o trabalho em questão a elaboração e a análise da Demonstração dos fluxos de caixa e o uso da correção monetária integral aplicada na gestão de caixa, receitas comerciais financeiras, despesas comerciais financeiras, etc, enfim possíveis soluções financeiras e gerenciais para as organizações.

2.2 Planejamento dos recursos financeiros

No mercado atual, o dinheiro é o denominador comum à maioria das transações das empresas.

Segundo Hope & Leite, apud Filho (1999, p. 23),

As dificuldades financeiras nascem da disritmia entre entradas e saídas de caixa, que somente pode ser detectada pelo minucioso estudo de uma coleção de demonstrativos do fluxo de caixa. O ritmo das entradas de caixa provenientes das operações deve estar coerente com os desembolsos por elas provocado e com a cobertura do serviço da dívida. O ritmo dos

investimentos deve estar coerente com a disponibilidade de fundos levantados junto a acionistas, credores de longo prazo ou acumulado pelas próprias operações (financiamentos).

O planejamento dos recursos financeiros, hoje em dia possibilita as empresas à flexibilidade financeira necessária para as suas atividades operacionais e extra-operacionais. Entre os conhecimentos que o profissional contábil necessita, encontra-se em destaque na atualidade a administração financeira com grande repercussão positiva no mercado atual, o controle de recursos da empresa, otimizando a utilização destes através da racionalidade, por meio do planejamento e controle efetivo dos recursos financeiros.

Ross et al, apud Rosa & Silva (2002, p. 84) afirmam os motivos da necessidade do planejamento financeiro na empresa:

O planejamento financeiro determina as diretrizes de mudança numa empresa. É necessário porque (1) faz com que sejam estabelecidas as metas da empresa para motivar a organização e gerar marcos de referência para a avaliação de desempenho, (2) as decisões de investimento e financiamento da empresa não são independentes, sendo necessário identificar sua interpretação, e (3) num mundo incerto a empresa deve esperar mudanças de condições, bem como surpresas.

Segundo Rosa & Silva (2002), o planejamento financeiro é uma das tarefas mais importantes em todas as atividades da empresa para o gestor, inclusive a área financeira. É de extrema necessidade o planejamento, porque estabelece as metas que a empresa terá e as referências para a avaliação de desempenho da mesma. Isso faz pensar a importância do planejamento financeiro que dá suporte as decisões de investimentos e financiamentos, para que a empresa atue com coerência e em condições de agir no mercado, a utilização de ferramentas que auxiliem no planejamento e controle das operações da organização, visando a

otimização dos resultados. O planejamento financeiro dá-se pelo orçamento, sendo este importante para a gestão dos recursos. Conquanto os recursos se tornem escassos obrigar-se-á a empresa à captação de recursos de terceiros com altos custos financeiros criando custos desnecessários caso a empresa não tenha planejamento financeiro.

Quanto ao processo orçamentário poderá dar-se de três modos segundo Gomes & Martinewski (2001, p. 76):

(...) cada um com suas características, sendo estes: autoritário, participativo e consultivo. O método autoritário é composto de opiniões e decisões unilaterais, determinados pelos gestores e comunicado aos subordinados para que estes o aceitem. O orçamento participativo caracteriza-se pela troca de idéias e participação efetiva de superiores e subordinados, dando mais motivação aos colaboradores sendo que estes contribuem para o seu próprio orçamento, suas próprias metas.

O método consultivo que, segundo Gomes & Martinewski (2001, p. 77) “o superior solicita idéias aos funcionários, mas determina o orçamento final sozinho”.

O processo orçamentário é complexo, visa um melhor planejamento da arrecadação e utilização dos recursos financeiros disponíveis na empresa. Porém, sua necessidade para empresa é incontestável como bem esclarece Rosa & Silva (2002, p. 85),

A sobrevivência e o crescimento da empresa são conseqüências de um planejamento que envolve volume de vendas com margens de lucros que remunerem, de forma satisfatória, o capital investido e um plano de recebimentos e pagamentos intercalados com boa margem de segurança do primeiro para o segundo, garantindo, assim, a viabilidade e a permanência da empresa no mercado.

Através disso, um bom fluxo de caixa é o elemento vital para as empresas, inclusive as jovens. Fluxos de caixa para Gitman (1997, p 82) são,

Fluxos de Investimento: fluxos de caixa associados com a compra de venda de ativos imobilizados e participações societárias. **Fluxos de Financiamento:** fluxos de caixa resultantes de operações de empréstimo e capital próprio; incluem a obtenção e a quitação de empréstimos, entradas de caixa por venda de ações e saídas de caixa por recompra de ações ou pagamento de dividendos em dinheiro.

Bem como segue a fórmula abaixo:

Fluxo de caixa das operações = lucro líquido depois do Imposto Renda + Despesas não-desembolsáveis.
--

Uma das ferramentas para o controle financeiro na empresa é a análise por meio de índices, como bem esclarece Gitman (1997, p. 102): “A análise por meio de índice, envolve os métodos de cálculo e a interpretação dos índices financeiros, para avaliar o desempenho e a situação da empresa. Os insumos básicos para a análise em índices são a demonstração do resultado e o balanço patrimonial da empresa, referentes aos períodos a serem examinados.”

Gitman (1997) subdivide-se os índices financeiros em quatro grupos: índices de liquidez, índices de atividade, índice de endividamento e índices de lucratividade.

Para Ross (1998), os índices financeiros são ferramentas de comparação e investigação das relações entre diferentes informações financeiras. Agrupados nas seguintes categorias: índices de liquidez, índices de endividamento, índices de gestão de ativos, índices de rentabilidade e índices de valor de mercado.

Para o trabalho em questão que refere-se a finanças de curto prazo os índices de liquidez no enfoque a curto prazo enquadra-se melhor, visto que refere-se à solvência da situação financeira da empresa, medindo a facilidade com a qual ela pode pagar suas dívidas Gitman (1997).

Conseqüentemente, para Ross (1998) e Gitman (1997), o índice mais conhecido e utilizado é o índice de liquidez corrente, o qual mede a capacidade da empresa para satisfazer suas obrigações a curto prazo.

Diante disso, a análise financeira por meio de tais índices possibilita para a empresa saber sua situação financeira e o seu desempenho no mercado. Tal análise é de grande interesse dos acionistas, dos credores e também da própria administração da empresa, a fim de produzir índices financeiros favoráveis por ambos.

2.2.1 Princípios de Fluxos de Caixa e Orçamento de Capital

Um bom fluxo de caixa representa que a empresa decorre de um orçamento de capital significativo, bem como esclarece Gitman (1997, p 288), “Orçamento de capital é o processo que consiste em avaliar e selecionar investimentos a longo prazo, que sejam coerentes com o objetivo da empresa de maximizar a riqueza de seus proprietários.”

O orçamento de capital para Gitman (1997) tem o intuito de maximizar resultados seguindo com responsabilidade os dispêndios necessários para as atividades da empresa, como: os dispêndios de capital e dispêndios correntes. Ambos tratam dos desembolsos de dinheiro em busca de benefícios para a organização, dependendo do período orçado. As empresas têm que expandir o nível de operações através de aquisições de ativos

imobiliários, substituir seus ativos que não tenham mais possibilidade de retorno, modernizar suas instalações, máquinas e equipamentos com o objetivo de crescimento nas operações, enfim, para vários motivos o processo do orçamento de capital é fundamental na operacionalização das organizações.

Esse segue etapas das quais inicia pelas propostas, depois a sua análise econômica. A tomada de decisão geralmente pelo conselho de administração, na seqüência ocorre a implementação, uma vez que já definida a proposta e o capital disponível, e por fim segue o acompanhamento monitorando os resultados durante a fase operacional do projeto.

Mas durante esse empreendimento de orçamento de capital há a possibilidade do risco, pelo qual o plano seja rejeitado de acordo com a variabilidade dos fluxos de caixa. A questão das entradas de caixa influencia diretamente, tendo o risco como efeito negativo, afetando as operações no mercado.

Nos seus investimentos ocorre o custo de capital que segundo Gitman (1997, p. 382), “Custo de capital: a taxa de retorno que a empresa precisa obter sobre os seus projetos de investimentos, para manter o valor de mercado de suas ações e atrair os recursos necessários para a empresa.”

As variabilidades para Ross (1998) dos fatores econômicos, financeiros e empresariais afetam diretamente o custo de capital, gerando assim riscos relevantes para o funcionamento das organizações como: riscos operacionais e riscos financeiros.

Diante disso, os riscos operacionais é o risco de não saldar os custos operacionais ou ficar incapaz de cobri-los, enquanto que os riscos financeiros é o risco pelo qual os compromissos financeiros, tais como: juros, empréstimos, etc, ficam impossibilitados de serem cumpridos.

As empresas podem obter o capital de terceiros oriundo de fontes externas da empresa através de empréstimos a curto ou longo prazo; e capital Próprio oriundo dos proprietários e/ou acionistas da empresa.

Fatores Relevantes Nas Decisões como:

✓ **Estabilidade da Receita:**

No mercado as organizações que prezam a estabilidade de suas receitas adquirem uma melhor posição na operacionalização de suas atividades obtendo assim benefícios positivos quanto a empréstimos adicionais e uma tendência de aumento nos negócios.

✓ **Fluxo de caixa:**

A lucratividade nas empresas através do fluxo de caixa é a preocupação básica indispensável para as empresas cumprirem suas obrigações, saldarem suas dívidas e controlarem seus recebimentos e projeções de caixa.

Para a maioria das empresas o planejamento financeiro é a estratégia essencial para conduzi-las em busca de seus objetivos.

Para Ledyard, apud Gitman (1997, p. 587),

O planejamento de caixa é a espinha dorsal da empresa. Sem ele não se saberá quando haverá caixa suficiente para sustentar as operações ou quando se necessitará de financiamentos bancários. Empresas que continuamente tenham falta de caixa e que necessitem de empréstimos de última hora, poderão perceber como é difícil encontrar um banco que as financie.

Sem o planejamento de caixa a empresa corre o risco de não ter caixa suficiente para cobrir suas operações. Diante disso, o

planejamento financeiro parte do princípio de projeções de fluxo de caixa, previsões das receitas, orçamento de caixa, enfim, ferramentas que possam utilizar para futuras variações no mercado.

Segundo Gitman (1997, p. 588), “O processo de planejamento financeiro inicia-se com planos financeiros a longo prazo, ou estratégicos, que por sua vez direcionam a formulação de planos financeiros a longo prazo, ou estratégicos, que por sua vez direcionam a formulação de planos e orçamentos operacionais a curto prazo”.

Os planos financeiros a longo prazo projetam previsões para um futuro amplo e incerto nas variações de seus reflexos financeiros. E a curto prazo incluem previsões de até dois anos, como previsão de vendas e orçamento de caixa, focando mais para o plano operacional da empresa. Assim sendo, o orçamento de caixa permite prever necessidades a curto prazo.

Planejamento dos fluxos de caixa em períodos curtos de tempo possibilita uma visão clara das variações dos fluxos esperados.

Várias empresas estão utilizando o demonstrativo dos fluxos de caixa com o objetivo de fazer previsões externas pelos indicadores econômicos e previsões internas pelos controles da empresa, buscando estimar vendas futuras, gerenciar e analisar a capacidade produtiva da empresa, estimar possíveis dispêndios de caixa e, principalmente, controlar seu caixa, o qual considera-se peça fundamental para as operações da empresa.

Nessas movimentações possíveis de caixa, têm-se vários fatores que influenciam os recebimentos e as saídas de caixa, tais como:

- 1 – Investimentos a Curto Prazo;
- 2 – Planos de Produção;
- 3 – Gastos com Marketing, Propaganda;
- 4 – Investimentos em recursos humanos, gestão de pessoas;
- 5 – Índices econômicos nas vendas;
- 6 – Produtos diferenciados para venda; entre outros fatores.

Quadro 1 - Formato Geral de Orçamento de Caixa

	JAN	FEV	NOV	DEZ
Recebimentos					
(-) Pagamentos					
(=) Fluxos Líquido de Caixa					
(+) Saldo inicial do Caixa					
(=) Saldo final de Caixa					
(-) Saldo Mínimo Caixa					
(-) Financiamentos, total necessário					
(=) Saldo de caixa excedente.					

Fonte: Gitman (1997, p. 592)

Diante do esquema acima, o contador aparece como uma nova figura para os proprietários das empresas, torna-se um parceiro de idéias e, principalmente, um analista financeiro em busca de estabilidade nas empresas e satisfação dos clientes, proprietários das empresas, mas a competitividade no mercado e as variações financeiras trazem problemas que a falta de recursos em um certo período obriga a empresa a buscar empréstimos que injetarão juros altos, desencadeando flutuações financeiras na empresa.

A partir de orçamentos de caixa bem elaborados e uma previsão de vendas coerente com o mercado, possivelmente resultados esperados pelas pessoas envolvidas nesse processo de

planejamento financeiro venham e, possam a vir tomar decisões ascendentes financeiramente, como fazer algum investimento para a empresa ou uma aplicação no mercado financeiro.

2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

As demonstrações contábeis são instrumentos que espelham a situação da empresa quanto ao seu patrimônio, seu resultado do exercício, mutações patrimoniais e de resultado, entre outras. As demonstrações contábeis atuam como ferramentas que auxiliam nas tomadas de decisões e em projeções futuras através do contador que poderá atuar como analista financeiro nas empresas. O contador possui o conhecimento teórico e prático das demonstrações contábeis, desde o Balanço Patrimonial, passando pela Demonstração do Resultado do Exercício, enfim, até a Demonstração do Fluxo de Caixa, que visa fornecer informações relevantes sobre pagamentos e recebimentos em dinheiro, ocorrido durante determinado período de uma empresa.

Segundo Matarazzo (1997, p. 369), “fluxo significa movimento, portanto fluxo de caixa é a movimentação financeira das disponibilidades”. Disponibilidades, referida pelo caixa, são os recursos financeiros que se encontram à disposição imediata da empresa, compreende caixa e bancos, com grau de liquidez imediato.

A movimentação de caixa terá reflexo diretamente no comportamento das demais contas do Balanço Patrimonial.

Segundo Thiesen (2000, p.11) a equação contábil que evidencia o balanço patrimonial de uma empresa em equilíbrio desdobra-se da seguinte maneira:

$$CX = (PC + P\tilde{N}C + PL) - (CR + EST + A\tilde{N}C)$$

Onde:

CX = Caixa;

PC = Passivo Circulante;

PÑC = Passivo Não-Circulante;

PL = Patrimônio Líquido;

CR = Contas a Receber;

EST = Estoque;

AÑC = Ativo Não-Circulante.

Avaliando a equação acima mencionada, tem-se a real importância do caixa na gestão empresarial, pois o caixa influencia diretamente as demais partes do balanço patrimonial da empresa.

O controle e gerenciamento das disponibilidades têm grande valor pela capacidade que a empresa pode ter em originar fluxos positivos de caixa, controle em seus compromissos próprios e com terceiros, boa liquidez e flexibilidade financeira da empresa, permitindo que se avalie com precisão a performance operacional e os efeitos financeiros das empresas.

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) tem a necessidade de mensuração e análise, visando a avaliação dos recursos financeiros em busca de prevenir o excesso de gastos e a escassez de recursos, que se tornam geradores de custos desnecessários para a empresa influenciando negativamente no resultado econômico da empresa. É, uma ferramenta de suporte tanto financeiro como gerencial, capaz de atender as necessidades dos gestores e administradores referente a capacidade de disponibilidades atuais da empresa e suas possíveis projeções futuras, de modo que permita um real planejamento que segundo

Gomes & Martinewski (2001, p. 74), “é a tomada de decisão antecipada.”

Todas as decisões previstas pelo planejamento devem ser comprovadas em seus aspectos futuros, bem como em todas as áreas da organização empresarial. É através do orçamento de caixa que se dá suporte aos meios menos onerosos, em busca de suprir as necessidades da organização, sendo mais rentável para os investimentos, visando assim a maximização dos resultados em todas as áreas da empresa.

Desta forma, o orçamento de caixa é o instrumento utilizado pelo administrador/gestor para detectar se os totais de ingressos e os totais de desembolsos em determinado tempo não apresentarão excedente de caixa ou carência de recursos financeiros.

A elaboração de balanços e demonstrativos de lucros e perdas projetados habilita o administrador/gestor financeiro a avaliar o efeito de diferentes políticas sobre a situação financeira e a performance da organização empresarial no futuro.

As idéias acima são reflexos de uma política financeira preocupada com o sucesso empresarial. Assim, Iudícibus & Marion (1987, p. 121) enfatiza em suas palavras a importância da Demonstração do Fluxo de Caixa:

A DFC propicia ao gerente financeiro a elaboração de melhor planejamento financeiro, pois numa economia tipicamente inflacionária não é aconselhável excesso de Caixa, mas o estritamente necessário para fazer face

aos seus compromissos. Através do planejamento financeiro, o gerente saberá o momento certo em que contrairá empréstimos para cobrir a falta (insuficiência) de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de dinheiro, evitando, assim, a corrosão inflacionária e proporcionando maior rendimento à empresa.

A idéia do autor mostra a importância de se ter planejamento financeiro, propiciando flexibilidade em suas ações no mercado financeiro em busca sempre de estabilidade em suas atividades operacionais.

Em vista da busca de flexibilidade nas ações do mercado financeiro precisa-se ter em mente os objetivos da Demonstração do Fluxo de Caixa. Matarazzo (1997, p. 370), evidencia estes objetivos, sendo eles:

- Avaliar alternativas de investimentos;
- Avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa, com reflexos monetários;
- Avaliar as situações presente e futura do caixa na empresa posicionando-a para que não chegue a situações de iliquidez;
- Certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados.

Estes objetivos buscam alternativas de investimentos que sejam condizentes à filosofia da empresa de criar condições que futuramente apareça os reflexos que não afete negativamente o caixa da empresa.

A Demonstração dos Fluxos de caixa fornece a visão das movimentações de caixa da empresa, seus fluxos, relativamente às

atividades operacionais, seus investimentos e também seus financiamentos e obrigações durante um dado período. Vem com o intuito de disponibilizar informações relevantes sobre a capacidade financeira da empresa.

A DFC para Filho (1999) compõe-se de quatro grupos: disponibilidades, Atividades operacionais, Atividades de Investimentos, Atividades de Financiamento. Assim, as movimentações de caixa envolvem várias atividades pertinentes para a empresa, tais como: atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamento.

Iudícibus et al (2000) enfatiza as transações das atividades operacionais com a produção e entrega de bens e a prestação de serviços e demais atividades. Os recebimentos das atividades operacionais decorrem das suas vendas de produtos e serviços, rendimentos sobre as aplicações financeiras em outras entidades, entre outros; e suas saídas decorrem os pagamentos aos fornecedores, impostos e juros financeiros, encargos financeiros.

As Atividades de Investimentos estão relacionadas com a variação de seus ativos de longo prazo para produção de seu produto e serviço, seus recebimentos vêm de venda de Imobilizado, títulos de investimentos, venda de participações em, outras organizações, enfim; suas saídas, são os pagamentos pela aquisição de títulos patrimoniais, pagamentos dos empréstimos.

As Atividades de Financiamento referem-se aos empréstimos de credores e investidores à empresa, suas entradas ocorrem pela venda de ações emitidas, empréstimos obtidos no mercado, entre outras. Suas saídas incluem o pagamento de dividendos aos donos, pagamento dos empréstimos obtidos.

Contextualizando o planejamento de caixa com a DFC verifica-se que são ferramentas indispensáveis para alcançar metas de produtividades para as empresas.

Segundo Filho (1999, p. 17), “Há muitas empresas obtendo ganhos significativos de produtividade, mas perdendo todo esse ganho ao tomar dinheiro emprestado, a curto prazo, a taxas de 40,0 a 50,0% ao ano. Os ralos financeiros precisam ser fechados para que o empresário volte a ganhar dinheiro com seu negócio”.

Em função das altas taxas e das variações no mercado, as empresas tratam seu capital de giro com eficiência para não afetar seu planejamento de caixa. Portanto a má administração do seu capital de giro afetará dramaticamente o fluxo de caixa da empresa.

A movimentação das disponibilidades das empresas, estrutura-se pela DFC, que expressa as entradas e saídas de acordo com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A soma de todas as atividades totaliza a variação no caixa em determinado período, confrontando a diferença com os saldos iniciais e finais das disponibilidades expostas no balanço Patrimonial. Com isso, o fluxo de caixa para Iudícibus et al (2000) possui dois métodos de elaboração: o método direto e o método indireto.

Segundo Iudícibus et al (2000, p 355),

o método direto explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados. O saldo final das operações expressa o volume líquido de caixa provido ou consumido pelas operações durante um período.

Iudícibus et al (2000) diz que a empresa quando utiliza o método direto detalha os fluxos das operações como recebimentos de clientes, de arrendatários, concessionários e similares; também os recebimentos de juros e dividendos; pagamentos a empregados

e fornecedores; juros pagos e impostos; e outros recebimentos e pagamentos que ocorre durante suas operações.

A elaboração do método direto segue do princípio de apurar e informar as movimentações das entradas e saídas de caixa das atividades, bem como explica Iudícibus et al (2000) que utiliza a seqüência básica que parte dos componentes da demonstração de resultados e as variações nas contas circulantes do Balanço Patrimonial vinculadas as operações da empresa.

Segundo Iudícibus et al (2000) a Demonstração de Fluxos de Caixa pelo método direto dispõe-se assim:

Quadro 2 – Modelo da DFC pelo Método Direto:

Companhia X

Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), ano X1

Atividades Operacionais
Recebimento de Clientes
Recebimento de Juros
Pagamentos a Fornecedores
Pagamentos de impostos
Pagamentos de salários
Pagamentos Despesas Operacionais
Caixa Líquido Consumido Nas Atividades Operacionais
Atividades de Investimento

Recebimento pela venda de Imobilizado

Pagamento pela Compra de Imobilizado

**Caixa Líquido Consumido Nas Atividades de
Investimento**

Atividades de Financiamento

Aumento de Capital

Empréstimo de Curto Prazo

Distribuição de Dividendos

Caixa Líquido Gerado Nas Atividades de Financiamento

Aumento Líquido Nas Disponibilidades

Saldo de Caixa Inicial

Saldo de Caixa Final

Para Iudícibus et al (2000, p. 355), “O método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso é também chamado de método da reconciliação.” Sendo necessário remover do lucro líquido os diferimentos de transações que foram caixa no passado ou serão caixa no futuro e as alocações ao período de consumo de longo prazo ou itens de atividades de investimentos ou financiamentos.

A elaboração do método indireto faz a ligação entre o lucro líquido constante na Demonstração de Resultados (DRE) e o caixa gerado pelas operações. Iudícibus et al (2000) diz que em princípio inicia-se do lucro líquido extraído da DRE e faz-se os ajustes das adições e subtrações que afetam o lucro mas não o caixa e vice-versa.

Segundo Iudícibus et al (2000) a Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método indireto apresenta-se assim:

Quadro 3 – Modelo da DFC pelo Método Indireto:

Companhia X

Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), ano X1

Atividades Operacionais
Lucro Líquido
Mais: Depreciação
Menos: lucro na venda de imobilizado

Aumento em Duplicatas a receber

Aumento em PDD

Aumento em duplicatas descontadas

Aumento em estoques

Aumento em despesas pagas antecipadamente

Aumento em fornecedores

Redução em provisão para IR

Redução em salários a pagar

Caixa Líquido Consumido Nas Atividades Operacionais

Atividades de Investimento

Recebimento pela venda de Imobilizado

Pagamento pela Compra de Imobilizado

Caixa Líquido Consumido Nas Atividades de

Investimento

Atividades de Financiamento

Aumento de Capital

Empréstimo de Curto Prazo

Distribuição de Dividendos

Caixa Líquido Gerado Nas Atividades de Financiamento

Aumento Líquido Nas Disponibilidades

Saldo de Caixa Inicial

Saldo de Caixa Final

Neste contexto o método direto possibilita condições favoráveis de obter informações constantes de caixa, pois todos os valores que passam pelo caixa são registrados diariamente, enquanto que o método indireto possui baixo custo, utiliza dois balanços patrimoniais referente o do início e o do final do período e a Demonstração de resultado e algumas informações obtidas na contabilidade.

Informações de caixa significa informações para administrar os negócios que: representam 100% das atividades da empresa e que originam-se por critérios técnicas e não por critérios fiscais, o qual visam pagar menos tributos.

“Para a realidade da maioria das empresas brasileiras, o método direto traz mais benefícios, principalmente para a redução dos custos financeiros”. Filho (1999, p. 49).

2.4 Correção Monetária Integral

Os contadores precisam ter base e conhecimento para melhor auxiliar as empresas na tomada de decisão, e o que se percebe é pouco conhecimento a respeito da correção monetária dos balanços. Este assunto é de suma importância para as empresas que não raro

desconhecem os impactos produzidos em suas demonstrações financeiras.

A ciência contábil, sobretudo no Brasil, tem desenvolvido muitas pesquisas relacionadas a este assunto, sendo exemplo o avançado modelo de correção monetária integral que vigorou em nosso país até o final de 1995. Infelizmente, por determinação legal, as empresas não são mais obrigadas, a partir de 1996, a apurar suas demonstrações financeiras, considerando o efeito da inflação no patrimônio. Como consequência, as empresas deixam de evidenciar importante impacto econômico, e, por isso, no caso de perdas inflacionárias reais não consideradas o capital passa a ser tributado.

Por falta desses conhecimentos, as empresas deixam a desejar quando tomam suas decisões com base nessas demonstrações sem a devida correção, pois os valores das contas ficam distorcidos, já que não estão atualizadas pela variação do poder aquisitivo da moeda no período, que por mais baixos que sejam os níveis atuais de perda de capacidade aquisitiva da moeda não podem ser

desconsideradas. Sendo assim, algumas empresas acabam tomando decisões em cima de informações incompletas, acarretando prejuízos mais tarde.

2.4.1 História da Correção Monetária Integral no Brasil

A Correção Monetária Integral existia no Brasil para que as demonstrações fossem atualizadas monetariamente, ou seja, fossem produzidas em uma única moeda para todos os itens componentes dessas demonstrações, para que os efeitos apresentados a tais títulos fossem demonstrados sem os efeitos corrosivos da inflação sobre o poder aquisitivo da moeda. Entretanto, este mecanismo foi eliminado do Brasil desde 1996. Por outro lado, apesar de a inflação Ter sido drasticamente reduzida, ela não é inexistente. Ainda há inflação no Brasil, certamente são índices bem mais baixos do que os que ocorriam anteriormente, mas não podem ser ignorados.

Existem razões pelas quais a correção integral faz-se necessária em épocas de inflação: Perda da capacidade de compra das disponibilidades e dos valores a receber; ganho de capacidade de compra nos valores a pagar; lucro bruto distorcido quando se compara o preço de venda de hoje com o custo histórico de uma mercadoria adquirida há certo tempo; a diferença nos valores de

ativos não monetários como estoques, ativos permanentes e outros; desatualização dos valores de receitas e despesas nas demonstrações de resultado; distorções na apresentação de demonstrações contábeis comparativas do exercício anterior, por seus valores originais; e distorções nos índices de análise financeira.

2.4.2 Da extinção da Correção Monetária Integral

A Lei N.º 9249/95, complementando as medidas econômicas do Plano Real, extinguiu a correção monetária nas demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas a partir de 1º de janeiro de 1996, tendo em vista a redução da inflação a níveis bastante baixos, determinando a conversão, em Reais, dos valores expressos em quantidade de UFIR, pelo valor desta em janeiro de 1996. A eliminação da correção monetária para efeitos fiscais e societários já era esperada em razão da estabilização da moeda e da redução significativa nos índices de inflação verificada a partir do advento do Plano Real.

Diz o artigo que revoga a correção:

“Fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam a Lei N.º 7.799, de 10 de julho de 1989, e o art. 1º da Lei 8.200, de 28 de junho de 1991.

Parágrafo único – Fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários” (Artigo 4º, Lei 9.249 de dezembro de 1995).”

Apesar de reduzida, a taxa inflacionária ainda existe no Brasil, contribuindo para a irrealidade das demonstrações contábeis. Sabe-se que, a contabilidade registra a expressão monetária do fato contábil, e em um registro de operação não se pode fazer abstração da medida de valor, para efeito informativo, sob pena de eliminar-se a utilidade dessa ciência. Na prática não há como conviver com uma Contabilidade teórica e abstrata, embora científica, pois a contabilidade é ciência aplicada, e sem a aplicabilidade torna-se sem utilidade.

A Lei N.º 9.249-95, provoca distorções na apuração de seus resultados e balanços. Essas distorções afetarão os valores de impostos incidentes sobre os lucros, dividendos, participações de funcionários em resultados, etc. Lembrando que qualquer análise que se utilize de valores patrimoniais, que por sua natureza, permaneçam nos balanços por períodos de médio e longo prazos, terá sua eficácia ou validade totalmente fragilizadas.

2.4.3 A Correção Monetária Integral Em Outros Países

Além do Brasil, outros países, especialmente os latino-americanos, nos quais sempre foram elevadas as taxas de inflação, se preocuparam em estabelecer critérios contábeis para ajustes do balanço pela inflação. É bem verdade que muitos países, inclusive alguns desenvolvidos, ainda não adotaram plenamente essa atualização, apesar de suas moedas registrarem desvalorização, embora reduzida. O que alguns fazem é conhecer e divulgar o efeito da inflação no patrimônio e no resultado do exercício, sem contabilizá-lo.

Assim é que, desde a II Conferência Interamericana de Contabilidade, realizada na cidade do México em 1951, a classe Contábil vem recomendando: “a) Que os contadores proporcionem, em suas informações, os dados necessários – quando seja importante – sobre as conseqüências que tenha sobre as demonstrações contábeis a variação do poder aquisitivo da moeda”. Contudo, essa II CIC (Conferência Interamericana de Contabilidade) ainda não admitia o reajuste nos resultados, como se vê em sua segunda recomendação: “b) Não considerar como lucro ou prejuízo as aparentes variações no valor do ativo originadas pelo reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda”. Mas hoje esta realidade é outra, assim como no Brasil a correção foi extinta, sabe-se que em muitos países também, devido ao baixo índice de inflação. Mas os países precisam ficar atentos, pois apesar de estarem atuando em meio a baixa inflação, este assunto não deve ficar esquecido. Nos EUA, por exemplo, poucos sabem, mas apesar de não haver atualização de valores, se

a inflação vier a acumular mais de 100% em três anos, a correção é obrigatória, ou seja, eles estão preparados para possíveis mudanças econômicas. Já os países que ainda não estão livres totalmente da inflação, devem refletir melhor, analisando os impactos que esta não correção está trazendo para as empresas e qual a influência na economia.

2.4.4 A Influência da Correção Monetária Integral nas Informações para as Empresas

Hoje em dia Informação é a palavra chave do sucesso de muitos negócios, e isto não é diferente com a contabilidade.

Os gestores necessitam de informações que estejam em consonância com seus modelos decisórios. Assim, as informações devem fornecer conteúdos básicos de que os gestores necessitam em suas tomadas de decisão. Quanto maior for a sintonia entre informação fornecida e as necessidades informativas dos gestores, melhores decisões poderão ser tomadas, ou seja, quanto melhor for a qualidade da informação para saber o que o usuário necessita melhor será a decisão.

A informação contábil deve ser significativa para os problemas decisórios do usuário, trazendo economia para suas

decisões. Se o propósito da informação é capacitar os gestores e alcançar os objetivos da organização com o uso eficiente de seus recursos, deve-se observar que a informação também é um recurso. A informação ainda tem que ter determinadas características como a relevância, relação custo – benefício e flexibilidade ao usuário e ao contexto da decisão em questão. Logo, tanto os usuários internos e externos da informação contábil que se utilizam dos relatórios contábeis em suas tomadas de decisões desejam uma veracidade cada vez maior das informações contábeis, para que reproduzam a realidade da empresa de forma fidedigna.

Estar atento as exigências de mercado e as informações veiculadas a todo instante é um desafio que tem exigido dos profissionais contábeis flexibilidade em atender as exigências dos usuários e do mercado que se mostra a cada dia mais competitivo.

2.4.5 Os Efeitos Causados Pela Não Correção dos Demonstrativos Contábeis e a Importância da Correção Monetária Integral para as Empresas

As empresas encontram-se, desde 1º de janeiro de 1996, proibidas de atualizar monetariamente seus balanços, por força do artigo 4º da Lei 9.249-95. Mas devem estar atentas, pois mesmo em taxas pequenas, o efeito cumulativo durante vários exercícios, de taxas de inflação, pode ser significativo, dependendo da particular estrutura patrimonial de cada entidade. O efeito no patrimônio líquido e a distorção nos quocientes de rentabilidade, lucro por ação etc., se faz sentir de forma significativa.

Segundo a FIPECAFI (1995), se uma empresa precisa capitalizar e crescer, na base do aproveitamento de suas capacidades produtivas não deve manter seus ativos monetários expostos à inflação sem qualquer tipo de remuneração nominal, para a sua proteção. Se não houver a devida correção fica incoerente pagar imposto sobre um “falso lucro”, pois este não representaria ganho de capital. Afinal, esse ganho só existe se o ativo for vendido por valor superior ao do mero e simples efeito da inflação. Se um Ativo, como o imobilizado, for substituído pelo valor de reposição do mercado, só seria considerado como efetiva e real variação de patrimônio líquido o que fosse acréscimo de valor de mercado além do efeito inflacionário. Logo, se houver redução de valor, se o valor de reposição for inferior ao valor corrigido monetariamente, haveria o registro de uma perda. Assim, em uma situação de inflação razoavelmente significativa, não há como fugir, primeiro, da aplicação da atualização monetária. Somente após isso, faria sentido substituir-se o valor atualizado pelo efetivo valor de reposição, com o cálculo da diferença como efetiva agregação ou perda de valor.

Para que fique claro os efeitos do não reconhecimento da inflação será apresentado um exemplo prático:

Uma empresa bastante capitalizada onde todos os recursos provêm dos acionistas e são aplicados em bens destinados a manutenção das atividades da sociedade e parte em títulos de instituições financeiras.

Balço Patrimonial 19X1			
Ativo		Passivo	
Aplicação Financeira	5.000,00	Capital	25.000,00
Ativo Permanente	<u>20.000,00</u>		-
Total	25.000,00		<u>25.000,00</u>

Variação da UMC: 7,4% (ano 19XI), com juros de 4% soma-se 11,4%.

Quadro 04: DRE pela Correção Monetária Integral

Demonstração de Resultado		
	<i>Sem Correção</i>	<i>Com Correção Integral</i>
<i>Receitas Financeiras</i>		
Nominais (5.000 * 11,7%)	585,00	585,00
Perdas nos ativos monetários com rendimentos financeiros (5.000 * 7,4%)		(370,00)
	585,00	215,00
<i>Resultado da Correção Monetária</i>		
Ativo Permanente (20.000 * 7,4%)	1.480,00	
Patrimônio Líquido (25.000 * 7,4%)	(1.850,00)	
	(370,00)	-
<i>Prejuízo Líquido</i>	215,00	215,00

Para se corrigir integralmente é necessário excluir as variações monetárias ativas, que se compensam com parte do resultado de correção monetária. O valor dessa exclusão é fixado através do cálculo do montante de variação monetária, com base na variação da UFIR, embutida na receita financeira nominal.

Pode-se observar que neste exemplo a empresa apurou lucro líquido de R\$ 200,00, que representa os juros reais da operação (5000 x 4% = 200,00).

Para a contabilização, para fins da correção integral, é feita apenas uma reclassificação de contas na demonstração de resultado, permanecendo o lucro líquido com o mesmo valor:

	Débito	Crédito
Perdas nos Ativos Monetários com Rendimentos Financeiros	\$ 385,00	
Resultado da Correção Monetária		\$385,00

O balanço patrimonial final desta empresa é o mesmo tanto no caso da correção como no caso de sem correção, pois não foram feitas alterações nos saldos das contas patrimoniais de um sistema para o outro:

Balanço Patrimonial 19X1			
Ativo		Passivo	
Aplicação Financeira	5.585,00	Capital	26.850,00
Ativo Permanente	<u>21.480,00</u>	Lucro Líquido	<u>215,00</u>
Total	27.065,00		27.065,00

Assim, percebe-se que se não fosse corrigido integralmente, a empresa contabilizaria um lucro de R\$ 585,00, sendo que só obteve na realidade R\$ 215,00 de lucro. Portanto, faz-se necessário o uso da correção integral mesmo em baixa inflação.

Enfim, por mais baixa que esteja a inflação ela ainda está presente e devemos nos preocupar com ela para que os valores de uma empresa não sejam desvirtuados. Este papel está nas mãos de profissionais responsáveis pela boa e correta informação contábil, que recomendarão a seus clientes o ajuste das demonstrações contábeis pelo efeito da desvalorização da moeda, por menor que seja.

Através disso, a correção monetária integral consiste em a empresa manter uma contabilidade paralela, indexada em UMC

(unidade monetária contábil), para apurar exatamente quanto fora a perda ou o ganho obtido em cada bem, direito ou obrigação que fez parte de seu patrimônio em determinado período. Os demonstrativos elaborados pela correção monetária integral evidenciam os itens do patrimônio em moeda do mesmo poder aquisitivo.

A correção monetária integral vem com o objetivo básico de corrigir as demonstrações contábeis das empresas pelos efeitos da inflação, visando tornar essas verdadeiramente úteis e comparáveis para as necessidades dos diferentes usuários, principalmente na análise de balanço e na análise financeira da empresa.

Os efeitos da variação no poder de compra da moeda nacional sobre os valores do patrimônio e do resultado do exercício deverão ser corrigidos nas demonstrações contábeis das empresas. Evidentemente, os efeitos variam de empresa para empresa de acordo com os investimentos em seus ativos de curto ou longo prazo. Com isso, as empresas que passam por índices de inflação precisam utilizar a correção monetária para medir adequadamente sua posição financeira e patrimonial de acordo com as variações inflacionárias.

Em vista das variações inflacionárias e da necessidade de ter demonstrações confiáveis com um mesmo padrão monetário Iudícibus et al (2000, p. 444), destacam a finalidade da Correção Monetária em: “(...) produzir demonstrações em uma única moeda para todos os itens componentes dessas demonstrações, além de explicitar os efeitos da inflação sobre cada conta”.

Os contadores têm-se preocupado em desenvolver e aprimorar técnicas para medir adequadamente a posição financeira e o resultado das operações e das transações das empresas em uma economia inflacionária, por exemplo: a

contabilidade à base do índice geral de preços ou com base nos custos de reposição.

A correção Monetária Integral (CMI) destaca-se as seguintes vantagens, segundo Iudícibus et al (2000, p. 443):

- a) apresenta os efeitos da inflação em todos os elementos das demonstrações, contábeis;**
- b) corrige saldos finais de itens não monetários (como estoque e despesas antecipadas) que não eram considerados na legislação societárias;**
- c) determina a inclusão do ajuste o valor presente nos valores prefixados de contas a receber e a pagar.**

A Correção Monetária Integral vem para corrigir saldos finais e apresentar as demonstrações contábeis mais úteis para seus usuários. O padrão monetário utilizado para elaborar as demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante é a unidade Monetária Contábil (UMC).

“A partir de primeiro de janeiro de 1992 a expressão monetária da Unidade Monetária Contábil – UMC é igual à expressão monetária da Unidade Fiscal de Referência Diária – UFir Diária, ou índice que vir a substituí-la”. (Instrução nº 191/92, artigo 18). Andersen (1994, p 547).

Os itens monetários são os elementos patrimoniais: disponibilidades, direitos e obrigações realizáveis ou exigíveis em moeda.

Os itens não-monetários são os elementos do ativo permanente, os estoque, as despesas antecipadas, resultados de exercícios futuros e o patrimônio líquido.

2.4.6 – Ajuste a Valor Presente de Direitos e Obrigações

Os itens monetários ativos e passivos devem ser trazidos a valor presente com base na taxa média nominal de juros na data do balanço patrimonial e suas demonstrações contábeis.

“Os ajustes a valor presente devem ser realizados em base exponencial pro rata die, a partir da origem de cada transação (Instrução n° 191/92, artigo 5°, §2°)”

“Os itens não-monetários devem ser registrados pelo seu valor presente na data de sua aquisição ou formação (Instrução n° 191/92, artigo 7°)”.

Os itens monetários das demonstrações contábeis devem ser convertidos para UMC pela igualdade existente no encerramento do exercício das empresas descontados (ajustados) a valor presente.

Podemos utilizar para registro de transações as alternativas:

- a) A variação diária do valor da UMC;**
- b) A variação média mensal do valor da UMC;**
- c) Critério misto alternativas supracitadas, com os ajustes devidos das operações realizadas sem prejuízo na qualidade da informação.**

Exatamente para se protegerem dos efeitos inflacionários, a correção Monetária Integral vem com os ajustes a valor presente para demonstrar e analisar valores reais adequadamente às demonstrações contábeis, especificamente a DFC.

3 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO

A prática desse trabalho consolidou-se na empresa Bom Recheio Comércio de Alimentos Ltda, de cunho fictício, da qual ocupa o ramo de atividade inserida no comércio de alimentos em geral. Localizada na cidade de Santa Maria à Rua dos Andradas, n° 1000. Tem como abrangência das suas vendas a região central do Estado do Rio Grande do Sul.

A Bom Recheio Comércio de Alimentos Ltda já está operando há dois anos e meio, com o CNPJ n° 01.555.777/0001-75, e os proprietários através de seu contador decidiram analisar suas finanças a curto prazo com enfoque nas suas disponibilidades, seu caixa operacional no primeiro trimestre do ano de 2004.

Inicialmente a empresa apresenta seu Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) em 31/12/03 assim:

Quadro 5 – Balanço Patrimonial

Empresa: Bom Recheio Comércio de Alimentos Ltda

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2003			
ATIVO	Valor	PASSIVO	Valor
Caixa	R\$ 20.000,00	Fornecedores	R\$ 27.000,00
Clientes	R\$ 30.000,00		
Estoque	R\$ 10.500,00		
Imobilizado	R\$ 30.000,00	Capital Social	R\$ 40.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(R\$ 5.250,00)	Lucros Acumulados	R\$ 18.250,00
TOTAL DO ATIVO	R\$ 85.250,00	TOTAL DO PASSIVO	R\$ 85.250,00

Quadro 6 - Demonstrativo do Resultado do Exercício

Empresa: Bom Recheio Comércio de Alimentos Ltda

Demonstração do Resultado do Exercício em 31.12.03

Contas	31.12.2003
(+) Receitas de Vendas de Mercadorias	R\$ 225.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(R\$ 135.000,00)
(=) Lucro Bruto	R\$ 90.000,00
(-) Despesas Operacionais	(R\$ 28.000,00)
(-) Despesas Depreciação	(R\$ 3.200,00)
(+) Receitas Financeiras	R\$ 200,00
(=) Lucro antes Impostos	R\$ 59.000,00

A Bom Recheio Comércio de Alimentos Ltda de acordo com suas transações no mercado atual obteve as seguintes operações no mês de janeiro, fevereiro e março de 2004:

Quadros 7, 8 e 9 – Operações Ocorridas em Janeiro, Fevereiro e Março de 2004

Quadro 7 - Operações Ocorridas durante o período de Janeiro de 2004

Dia 02 – Venda de Mercadoria ref NF 11 a Vista	R\$ 4.500,00
Dia 03 – Pagamento a Fornecedores ref 1ª parcela de Dezembro de 2003	R\$ 12.000,00
Dia 08 – Venda de Mercadoria ref NF 12 a Prazo (60d)	R\$ 7.200,00

Dia 10 – Pagamento Despesas Operacionais	R\$ 800,00
Dia 10 – Compra de Mercadorias a Prazo (60d)	R\$ 22.500,00
Dia 14 – Venda de Mercadorias ref NF 13 a Prazo (45d)	R\$ 4.800,00
Dia 15 – Recebimento de Clientes referente 1ª parcela de Dezembro de 2003	R\$ 12.000,00
Dia 16 – Compra de Mercadoria a Vista	R\$ 5.100,00
Dia 19 – Venda de Mercadoria ref NF 14 a Vista	R\$ 8.200,00
Dia 20 – Aquisição de um Veículo Novo c/ pagamento a Vista	R\$ 10.100,00
Dia 23 – Compra de Mercadoria a Prazo (60d)	R\$ 4.250,00
Dia 24 – Venda de Mercadoria ref NF 15 a Prazo (30d)	R\$ 4.200,00
Dia 25 – Pagamento a Fornecedores referente 2ª parcela de Dezembro 2003	R\$ 7.500,00
Dia 25 – Recebimento de Clientes referente 2ª parcela de Dezembro de 2003	R\$ 8.000,00
Dia 29 – Compra de Mercadoria a Vista	R\$ 3.450,00
Dia 30 – Pagamento Despesas Operacionais	R\$ 2.000,00
Dia 30 – Venda de Mercadorias ref NF 16 a Vista	R\$ 4.100,00

Quadro 8 - Operações Ocorridas durante o período de Fevereiro de 2004

Dia 02 – Pagamento Despesas Operacionais	R\$ 400,00
Dia 03 – Compra de Mercadoria a Prazo (60d)	R\$ 3.750,00
Dia 04 – Pagamento a Fornecedores ref 3ª parcela de Dezembro de 2003	R\$ 7.500,00
Dia 04 – Venda de Mercadorias ref NF 17 a Vista	R\$ 8.350,00
Dia 10 – Recebimento de Clientes ref 3ª parcela de Dezembro de 2003	R\$ 10.000,00
Dia 10 – Pagamento Despesas Operacionais	R\$ 1.200,00
Dia 10 – Compra de Mercadoria a Prazo (45d)	R\$ 4.450,00
Dia 10 – Venda de Mercadoria ref NF 18 a Prazo (45d)	R\$ 9.150,00
Dia 12 – Pagamento Despesas Operacionais	R\$ 200,00
Dia 14 – Pagamento Despesas Operacionais	R\$ 450,00
Dia 16 – Venda de Mercadoria ref NF 19 a Prazo (30d)	R\$ 6.400,00
Dia 20 – Compra de Mercadoria a Vista	R\$ 3.800,00

Dia 20 – Aquisição de 01 Computador a Vista	R\$ 2.000,00
Dia 23 – Recebimento de Clientes ref NF 15 Janeiro/2004	R\$ 4.200,00
Dia 24 – Venda de Mercadoria ref NF 20 a Vista	R\$ 3.500,00
Dia 28 – Venda de Mercadoria ref NF 21 a Vista	R\$ 2.100,00
Dia 28 – Rendimento de Clientes ref NF 13 de Janeiro/2004	R\$ 4.800,00

Quadro 9 - Operações Ocorridas durante o período de Março de
2004

Dia 01 – Venda de Mercadorias ref NF 22 a Vista	R\$ 5.200,00
Dia 08 – Recebimento de Clientes ref NF 12 de Janeiro/2004	R\$ 7.200,00
Dia 08 – Venda de Mercadorias ref NF 23 a Prazo (30d)	R\$ 7.550,00
Dia 10 – Compra de Mercadoria a Vista	R\$ 3.750,00
Dia 10 – Pagamento Despesas Operacionais	R\$ 2.000,00
Dia 10 – Pagamento a Fornecedores ref 10 de Janeiro/2004	R\$ 22.500,00
Dia 15 – Venda de Mercadorias ref NF 24 a Prazo (30d)	R\$ 4.750,00
Dia 17 – Recebimento de Clientes ref NF 19 - Fev/04	R\$ 6.400,00
Dia 23 – Pagamento a Fornecedores ref 23 de Janeiro/2004	R\$ 4.250,00
Dia 23 – Venda de Mercadorias ref NF 25 a Prazo (60d)	R\$ 7.150,00
Dia 26 – Recebimento de Clientes ref NF 18 – Fev/04	R\$ 9.150,00
Dia 26 – Pagamento a Fornecedores ref 10 de Fev/04	R\$ 4.450,00
Dia 27 – Compra de Mercadorias a Vista	R\$ 3.800,00
Dia 29 – Compra de Mercadorias a Prazo (60d)	R\$ 5.250,00
Dia 30 – Venda de Mercadorias ref NF 26 a Vista	R\$ 6.150,00
Dia 30 – Pagamento Despesas Operacionais	R\$ 2.200,00

Através das operações evidenciadas acima, têm-se movimentações de vendas de mercadorias a prazo e a vista, compra de mercadorias a prazo e a vista, e conseqüentemente seu fluxo de caixa, entre outras operações.

As compras e as vendas a prazo efetuadas nos períodos demonstrados acima apresentam períodos fixados tanto de recebimentos dos clientes quanto dos pagamentos para seus fornecedores, inclusive os valores que ficaram para ser concretizados em moeda nacional referentes às transações que ocorreram em dezembro de 2003.

A empresa em questão possui despesas operacionais necessárias para o transcorrer de suas atividades e obteve aquisições de bens para seu ativo imobilizado.

Diante do exposto, demonstra-se os devidos cálculos e análises das finanças a curto prazo da Bom Recheio Comércio de Alimentos Ltda através do uso da Correção Monetária Integral e da

Demonstração de Fluxo de Caixa obedecendo as normas contábeis e o auxílio de índices financeiros indispensáveis para a apresentação do trabalho.

A correção monetária integral utiliza-se de índices financeiros usados de acordo com a atividade da empresa, nesse caso, para o cálculo de ganho ou perda do caixa, Receita Comercial Financeira e Despesa Comercial Financeira.

Os índices financeiros utilizados nos cálculos evidenciados logo a seguir são o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) usados, nesse caso, para comercialização de alimentos em geral, o qual será usado como base para a UMC (Unidade Monetária Contábil). UMC é o índice adotado pela Instrução CVM nº 191/92, cuja expressão monetária é o indexador oficial de correção da moeda nacional.

A taxa de juros usada para o cálculo de ajuste a Valor Presente das operações é a Taxa ANBID com as seguintes cotações:

Quadro 10 – Cotações Taxa ANBID

Data	Cotação	Data	Cotação
31/12/2003	1,33800	13/02/2004	1,17400
02/01/2004	1,29500	16/02/2004	1,25400
05/01/2004	1,33600	17/02/2004	1,28300
06/01/2004	1,30000	18/02/2004	1,32100
07/01/2004	1,30000	19/02/2004	1,24000
08/01/2004	1,20900	20/02/2004	1,19000
09/01/2004	1,15500	25/02/2004	1,38500
12/01/2004	1,22800	26/02/2004	1,32900
13/01/2004	1,26700	27/02/2004	1,34600
14/01/2004	1,31900	01/03/2004	1,41300
15/01/2004	1,23500	02/03/2004	1,35100
16/01/2004	1,17100	03/03/2004	1,30400
19/01/2004	1,22000	04/03/2004	1,21800
20/01/2004	1,24800	05/03/2004	1,17500
21/01/2004	1,30500	08/03/2004	1,23700
22/01/2004	1,15400	09/03/2004	1,27200
23/01/2004	1,11200	10/03/2004	1,20200
26/01/2004	1,13200	11/03/2004	1,16800
27/01/2004	1,19400	12/03/2004	1,11600
28/01/2004	1,25300	15/03/2004	1,21800

29/01/2004	1,26000	16/03/2004	1,28000
30/01/2004	1,22300	17/03/2004	1,34200
02/02/2004	1,24800	18/03/2004	1,23800
03/02/2004	1,26500	19/03/2004	1,19400
04/02/2004	1,28000	22/03/2004	1,21400
05/02/2004	1,20000	23/03/2004	1,21000
06/02/2004	1,17100	24/03/2004	1,23700
09/02/2004	1,24500	25/03/2004	1,16700
10/02/2004	1,27400	26/03/2004	1,14500
11/02/2004	1,29400	29/03/2004	1,22900
12/02/2004	1,22500	30/03/2004	1,27100

Já para a UMC (Unidade Monetária Contábil) usar-se-á o IPCA com as seguintes cotações mensais segundo o IBGE:

- ✓ Dezembro-2003 - 0,52%
- ✓ Janeiro-2004 - 0,76%
- ✓ Fevereiro-2004 - 0,61%
- ✓ Março-2004 - 0,47%

Razão das Contas do Caixa, Clientes e Fornecedores no período de 01/01/2004 a 31/03/2004:

Quadro 11 - Razão Conta Caixa

Caixa	R\$	Caixa	R\$	Caixa	R\$
Saldo Inicial	20.000,00	Saldo Inicial	15.850,00	Saldo Inicial	33.250,00
02.01	4.500,00	02.02	(400,00)	01.03	5.200,00
03.01	(12.000,00)	04.02	(7.500,00)	08.03	7.200,00
10.01	(800,00)	04.02	8.350,00	10.03	(22.500,00)
15.01	12.000,00	10.02	10.000,00	10.03	(3.750,00)
16.01	(5.100,00)	10.02	(1.200,00)	10.03	(2.000,00)
19.01	8.200,00	12.02	(200,00)	17.03	6.400,00
20.01	(10.100,00)	14.02	(450,00)	23.03	(4.250,00)
25.01	(7.500,00)	20.02	(3.800,00)	26.03	(4.450,00)
25.01	8.000,00	20.02	(2.000,00)	26.03	9.150,00
29.01	(3.450,00)	23.02	4.200,00	27.03	(3.800,00)
30.01	(2.000,00)	24.02	3.500,00	30.03	6.150,00
30.01	4.100,00	28.02	2.100,00	30.03	(2.200,00)
SDO Janeiro	15.850,00	28.02	4.800,00	SDO Março	24.400,00
		SDO Fevereiro	33.250,00		

Quadro 12 - Razão Conta Clientes

Os cálculos referentes ao ajustes para Valor Presente foram feitos pela seguinte fórmula:

$$PV = \frac{FV}{(1+i)^n}$$

Onde:

PV = Valor Presente

FV = Valor Futuro

i = Taxa (ANBID)

n = é o expoente do número de dias recebidos ou concedidos dividido pelo número de dias da taxa média.

Cálculos referentes a movimentação de janeiro de 2004:

Quadro 14 – Cálculo Perdas no Caixa pela CMI Jan-04

Cálculo das Perdas no Caixa: Janeiro – 2004				
Data	Operação	Valor \$	UMC	Total em UMC
31.12	Saldo Inicial	20.000,00	1,0000	20.000,0000
02.01	Venda Mercadoria a vista ref NF 11	4.500,00	1,0005	4.497,7946
03.01	Pagamento a Fornecedores ref Dez-03	(12.000,00)	1,0007	(11.991,1807)
10.01	Pagamento Despesas Operacionais	(800,00)	1,0025	(798,0435)
15.01	Recebimento de Clientes ref Dez-03	12.000,00	1,0037	11.956,0327
16.01	Compra de Mercadoria a vista ref NF 21	(5.100,00)	1,0039	(5.080,0730)

19.01	Venda Mercadoria a vista ref NF 14	8.200,00	1,0047	8.161,9810
20.01	Aquisição de 01 Veículo a Vista	(10.100,00)	1,0049	(10.050,7191)
25.01	Pagamento a Fornecedores ref Dez-03	(7.500,00)	1,0061	(7.454,3123)
25.01	Recebimento de Clientes ref Dez-03	8.000,00	1,0061	7.951,2664
29.01	Compra de Mercadoria a vista ref NF 22	(3.450,00)	1,0071	(3.425,6448)
30.01	Pagamento Despesas Operacionais	(2.000,00)	1,0074	(1.985,3977)
30.01	Venda de Mercadoria a Vista ref NF 16	4.100,00	1,0074	4.070,0653
	SDO QUE DEVERIA EXISTIR			15.851,7690
	SDO EXISTENTE	15.850,00	1,0076	15.730,4486
	Perdas Líquidas no Caixa			R\$ (122,24)

Quadro 15 – Cálculo Receita Comercial Financeira Jan-04

Cálculo da Receita Comercial Financeira: Janeiro – 2004

Data	Operação	Valor \$	UMC	Total em UMC
31.12	Saldo Inicial	29.652,39	1,0000	29.652,3900
08.01	Venda Mercadoria a Prazo ref NF 12	7.029,01	1,0020	7.015,2511
14.01	Venda Mercadoria a Prazo ref NF 13	4.706,57	1,0034	4.690,4711
15.01	Recebimento de Clientes ref 1 ^a parc.Dez-03	(12.000,00)	1,0037	(11.956,0327)
24.01	Venda Mercadoria a Prazo ref NF 15	4.152,99	1,0059	4.128,6973
25.01	Recebimento de Clientes ref 2 ^a parc.Dez-03	(8.000,00)	1,0061	(7.951,2664)
31.01	SDO QUE DEVERIA EXISTIR			25.579,5103
31.01	SDO EXISTENTE	25.959,31	1,0076	25.763,5073
	Receita Comercial Financeira Positiva			R\$ 185,40

Quadro 16 – Cálculo Despesa Comercial Financeira Jan-04

Cálculo da Despesa Comercial Financeira: Janeiro – 2004

Data	Operação	Valor \$	UMC	Total em UMC
31.12	Saldo Inicial	26.786,05	1,0000	26.786,0500
03.01	Pagamento a Fornecedores ref Dez-03	(12.000,00)	1,0007	(11.991,1807)
10.01	Compra de Mercadoria a prazo ref NF	21.957,41	1,0025	21.903,7106
23.01	Compra de Mercadoria a prazo ref NF	4.157,03	1,0056	4.133,7211
25.01	Pagamento a Fornecedores ref Dez-03	(7.500,00)	1,0061	(7.454,3123)
31.01	SDO QUE DEVERIA EXISTIR			33.377,9888
31.01	SDO EXISTENTE	33.796,48	1,0076	33.541,5641
	Despesa Comercial Financeira Positiva			R\$ (164,82)

Baseando-se nos cálculos acima descritos, nota-se que o cálculo das perdas de caixa referente janeiro de 2004 demonstrado pela suas operações juntamente com seus valores originais e corrigidos monetariamente pelo indexador financeiro já comentado, constata-se que houve perda de caixa da empresa no referido mês no valor de R\$ 122,24 (cento e vinte reais e vinte e quatro centavos) devido às variações inflacionárias do período. Em relação ao cálculo da receita comercial financeira a empresa teve uma receita financeira comercial positiva de R\$ 185,40 (cento e oitenta e cinco reais e quarenta centavos) em relação às suas vendas e recebimentos desse mês de acordo com os índices financeiros e com saldo que poderia existir no período. Por outro lado o cálculo da despesa comercial financeira das compras e pagamentos a fornecedores, evidencia-se

uma despesa comercial financeira positiva de R\$ 164,82 (cento e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), ou seja, o saldo existente apresenta-se maior comparando com o saldo que deveria existir pelas correções monetárias aplicadas. Os valores de compras e vendas efetuadas a prazo foram trazidos a valor presente com base na taxa média nominal de juros ANBID na data necessária para demonstrar e analisar valores reais adequadamente às necessidades da empresa.

Diante disso, evidencia-se as variações que a empresa obteve de acordo com suas movimentações operacionais e financeiras com o auxílio dos índices financeiros.

A seguir, apresenta-se a demonstração do fluxo de caixa em valores originais de acordo com a legislação societária contábil, em valores corrigidos pela correção monetária integral das operações efetivas e uma terceira opção considerando que as operações fossem só a vista:

Quadro 17 – DFC I Jan-04

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) em 31.01.2004:

Atividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	\$ 36.800,00	
Pagamentos a Fornecedores de Mercadorias	(\$ 28.050,00)	
Pagamentos Despesas Operacionais	(\$ 2.800,00)	
Caixa Líquido Consumido Nas		\$ 5.950,00
Atividades Operacionais		
Atividades de Investimento		
Pagamento pela Compra de Imobilizado	(\$ 10.100,00)	
Caixa Líquido Consumido Nas		(\$ 10.100,00)
Atividades de Investimento		
Aumento Líquido Nas Disponibilidades		(\$ 4.150,00)
Saldo de Caixa Inicial		\$ 20.000,00
Saldo de Caixa Final		\$ 15.850,00

Quadro 18 – DFC II Jan-04

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pela Correção

Monetária Integral (CMI) em 31.01.2004:

Atividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	\$ 36.915,58	
Pagamentos a Fornecedores de Mercadorias	(\$ 28.163,64)	
Pagamentos Despesas Operacionais	(\$ 2.804,60)	
Caixa Líquido Consumido Nas		\$ 5.947,35
Atividades Operacionais		
Atividades de Investimento		
Pagamento pela Compra de Imobilizado	(\$ 10.127,10)	
Caixa Líquido Consumido Nas		(\$ 10.127,10)
Atividades de Investimento		
Aumento Líquido Nas Disponibilidades		(\$ 4.179,76)
Saldo de Caixa Inicial		\$ 20.152,00
Saldo de Caixa Final		\$ 15.972,24

Considerando o impacto sobre o caixa das operações efetivas ocorridas no período pelo uso da correção monetária integral.

Quadro 19 – Cálculo Perdas no Caixa pela CMI Jan-04

Cálculo das operações como se fossem todas a vista:

Cálculo das Perdas no Caixa: Janeiro - 2004				
Data	Operação	Valor \$	UMC	Total em UMC
31.1 2	Saldo Inicial	20.000,00	1,0000	20.000,0000
02.0 1	Venda Mercadoria a vista ref NF 11	4.500,00	1,0005	4.497,7946
03.0 1	Pagamento a Fornecedores ref Dez-03	(12.000,00)	1,0007	(11.991,1807)
08.0 1	Venda Mercadoria a Prazo ref NF 12	7.029,01	1,0020	7.015,2511
10.0 1	Pagamento Despesas Operacionais	(800,00)	1,0025	(798,0435)
10.0 1	Compra de Mercadoria a prazo ref NF	(21.957,41)	1,0025	(21.903,7106)
14.0 1	Venda Mercadoria a Prazo ref NF 13	4.706,57	1,0034	4.690,4711
15.0 1	Recebimento de Clientes ref Dez-03	12.000,00	1,0037	11.956,0327
16.0 1	Compra de Mercadoria a vista ref NF 21	(5.100,00)	1,0039	(5.080,0730)
19.0	Venda Mercadoria a vista ref NF 14	8.200,00	1,0047	8.161,9810

1				
20.0 1	Aquisição de 01 Veículo a Vista	(10.100,00)	1,0049	(10.050,7191)
23.0 1	Compra de Mercadoria a prazo ref NF	(4.157,03)	1,0056	(4.133,7211)
24.0 1	Venda Mercadoria a Prazo ref NF 15	4.152,99	1,0059	4.128,6973
25.0 1	Pagamento a Fornecedores ref Dez-03	(7.500,00)	1,0061	(7.454,3123)
25.0 1	Recebimento de Clientes ref Dez-03	8.000,00	1,0061	7.951,2664
29.0 1	Compra de Mercadoria a vista ref NF 22	(3.450,00)	1,0071	(3.425,6448)
30.0 1	Pagamento Despesas Operacionais	(2.000,00)	1,0074	(1.985,3977)
30.0 1	Venda de Mercadoria a Vista ref NF 16	4.100,00	1,0074	4.070,0653
	SDO QUE DEVERIA EXISTIR			5.648,7567
	SDO EXISTENTE	5.624,13	1,0076	5.581,7090
	Perdas Líquidas no Caixa			R\$ (67,56)

Quadro 20 – DFC III Jan-04

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pela Correção

Monetária Integral (CMI) em 31.01.2004:

Atividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	\$	
	52.870,34	
Pagamentos a Fornecedores de Mercadorias	(\$	
	54.398,97)	
Pagamentos Despesas Operacionais	(\$	
	2.804,60)	
Caixa Líquido Consumido Nas Atividades Operacionais		(\$
		4.333,23)
Atividades de Investimento		
Pagamento pela Compra de Imobilizado	(\$	
	10.127,10)	
Caixa Líquido Consumido Nas Atividades de		(\$
Investimento		10.127,10)

Aumento Líquido Nas Disponibilidades	(\$ 14.460,33)
Saldo de Caixa Inicial	\$ 20.152,00
Saldo de Caixa Final	\$ 5.691,67

Considerando o impacto sobre o caixa como se fossem as operações todas a vista no período pelo uso da correção monetária integral.

Cálculos referentes a movimentação de fevereiro de 2004:

Quadro 21 – Cálculo Perdas no Caixa pela CMI Fev-04

Cálculo das Perdas no Caixa: Fevereiro – 2004				
Data	Operação	Valor \$	UMC	Total em UMC
31.01	Saldo Inicial	15.850,00	1,0076	15.730,4486
02.02	Pagamento Despesas Operacionais	(400,00)	1,0080	(396,8173)
04.02	Pagamento a Fornecedores ref Dez-03	(7.500,00)	1,0084	(7.437,2196)
04.02	Venda de Mercadoria a Vista ref NF 21	8.350,00	1,0084	8.280,1045
10.02	Recebimento de Clientes ref Dez-03	10.000,00	1,0097	9.903,8980
10.02	Pagamento Despesas Operacionais	(1.200,00)	1,0097	(1.188,4678)
12.02	Pagamento Despesas Operacionais	(200,00)	1,0101	(197,9955)
14.02	Pagamento Despesas Operacionais	(450,00)	1,0105	(445,3043)
20.02	Compra de Mercadoria a vista ref NF 22	(3.800,00)	1,0118	(3.755,6573)
20.02	Aquisição de 01 Computador ref NF 122	(2.000,00)	1,0118	(1.976,6618)
23.02	Recebimento de Clientes ref Jan-04	4.200,00	1,0124	4.148,4025
24.02	Venda de Mercadoria a Vista ref NF 25	3.500,00	1,0126	3.456,2840
28.02	Venda de Mercadoria a Vista ref NF 26	2.100,00	1,0135	2.072,0488
28.02	Recebimento de Clientes ref Jan-04	4.800,00	1,0135	4.736,1115
	SDO QUE DEVERIA EXISTIR			32.929,1743
	SDO EXISTENTE	33.250,00	1,0137	32.800,6314
	Perdas Líquidas no Caixa			R\$ (130,30)

Quadro 22 – Cálculo Receita Comercial Financeira Fev-04

Cálculo da Receita Comercial Financeira: Fevereiro - 2004				
Data	Operação	Valor \$	UMC	Total em UMC
31.01	Saldo Inicial	25.959,31	1,0076	25.763,5073
10.02	Recebimento de Clientes ref 3ª parc.Dez-03	(10.000,00)	1,0097	(9.903,8980)

10.02	Venda Mercadoria a Prazo ref NF 18	8.977,89	1,0097	8.891,6107
16.02	Venda Mercadoria a Prazo ref NF 19	6.320,74	1,0110	6.252,1816
23.02	Recebimento de Clientes ref NF 15 -Jan-04	(4.200,00)	1,0124	(4.148,4025)
28.02	Recebimento de Clientes ref NF 13 -Jan-04	(4.800,00)	1,0135	(4.736,1115)
29.02	SDO QUE DEVERIA EXISTIR			22.118,8877
29.02	SDO EXISTENTE	22.570,65	1,0137	22.265,6111
	Receita Comercial Financeira Positiva			R\$ 148,73

Quadro 23 – Cálculo Despesa Comercial Financeira Fev-04

Cálculo da Despesa Comercial Financeira: Fevereiro – 2004

Data	Operação	Valor \$	UMC	Total em UMC
31.01	Saldo Inicial	33.796,48	1,0076	33.541,5641
03.02	Compra de Mercadoria a prazo ref NF	3.656,90	1,0082	3.627,0457
04.02	Pagamento a Fornecedores ref Dez-03	(7.500,00)	1,0084	(7.437,2196)
10.02	Compra de Mercadoria a prazo ref NF	4.366,29	1,0097	4.324,3291
29.02	SDO QUE DEVERIA EXISTIR			34.055,7193
29.02	SDO EXISTENTE	34.357,28	1,0137	33.892,9466
	Despesa Comercial Financeira Negativa			R\$ 165,00

Baseando-se nos cálculos acima descritos, nota-se que o cálculo das perdas de caixa referente fevereiro de 2004 demonstrado pela suas operações juntamente com seus valores originais e corrigidos monetariamente pelo indexador financeiro já comentado, constata-se que houve perda de caixa da empresa no referido mês no valor de R\$ 130,30 (cento e trinta reais e trinta

centavos) devido às variações inflacionárias do período. Em relação ao cálculo da receita comercial financeira a empresa teve uma receita financeira comercial positiva de R\$ 148,73 (cento e quarenta e oito reais e setenta e três centavos) em relação às suas vendas e recebimentos desse mês de acordo com os índices financeiros e com saldo que poderia existir no período. Por outro lado o cálculo da despesa comercial financeira das compras e pagamentos a fornecedores, evidencia-se uma despesa comercial financeira negativa de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais), ou seja, o saldo existente apresenta-se menor comparando com o saldo que deveria existir pelas correções monetárias aplicadas. Os valores de compras e vendas efetuadas a prazo foram trazidos a valor presente com base na taxa média nominal de juros ANBID na data necessária para demonstrar e analisar valores reais adequadamente às necessidades da empresa.

Diante disso, evidencia-se as variações que a empresa obteve de acordo com suas movimentações operacionais e financeiras com o auxílio dos índices financeiros.

A seguir, apresenta-se a demonstração do fluxo de caixa em valores originais de acordo com a legislação societária contábil e em valores corrigidos pela correção monetária integral:

Quadro 24 – DFC I Fev-04

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) em 29.02.2004:

Atividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	\$ 32.950,00	
Pagamentos a Fornecedores de Mercadorias	(\$ 11.300,00)	
Pagamentos Despesas Operacionais	(\$ 2.250,00)	
Caixa Líquido Consumido Nas		\$ 19.400,00
Atividades Operacionais		
Atividades de Investimento		
Pagamento pela Compra de Imobilizado	(\$ 2.000,00)	
Caixa Líquido Consumido Nas		(\$ 2.000,00)
Atividades de Investimento		
Aumento Líquido Nas Disponibilidades		\$ 17.400,00

Saldo de Caixa Inicial	\$ 15.850,00
Saldo de Caixa Final	\$ 33.250,00

Quadro 25 – DFC II Fev-04

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pela Correção

Monetária Integral (CMI) em 29.02.2004:

Atividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	\$ 33.043,43	
Pagamentos a Fornecedores de Mercadorias	(\$ 11.346,22)	
Pagamentos Despesas Operacionais	(\$ 2.259,12)	
Caixa Líquido Consumido Nas		\$ 19.438,09
Atividades Operacionais		
Atividades de Investimento		
Pagamento pela Compra de Imobilizado	(\$ 2.003,74)	
Caixa Líquido Consumido Nas		(\$ 2.003,74)
Atividades de Investimento		

Aumento Líquido Nas Disponibilidades	\$ 17.434,35
Saldo de Caixa Inicial	\$ 15.972,24
Saldo de Caixa Final	\$ 33.406,59

Considerando o impacto sobre o caixa das operações efetivas ocorridas no período pelo uso da correção monetária integral.

Quadro 26 – Cálculo Perdas no Caixa pela CMI Fev-04

Cálculo das Perdas no Caixa: Fevereiro – 2004				
Data	Operação	Valor \$	UMC	Total em UMC

31.0 1	Saldo Inicial	5.624,13	1,0076	5.581,7090
02.0 2	Pagamento Despesas Operacionais	(400,00)	1,0080	(396,8173)
03.0 2	Compra de Mercadoria a prazo ref NF	(3.656,90)	1,0082	(3.627,0457)
04.0 2	Pagamento a Fornecedores ref Dez-03	(7.500,00)	1,0084	(7.437,2196)
04.0 2	Venda de Mercadoria a Vista ref NF 21	8.350,00	1,0084	8.280,1045
10.0 2	Recebimento de Clientes ref Dez-03	10.000,00	1,0097	9.903,8980
10.0 2	Pagamento Despesas Operacionais	(1.200,00)	1,0097	(1.188,4678)
10.0 2	Venda Mercadoria a Prazo ref NF 18	8.977,89	1,0097	8.891,6107
10.0 2	Compra de Mercadoria a prazo ref NF	(4.366,29)	1,0097	(4.324,3291)
12.0 2	Pagamento Despesas Operacionais	(200,00)	1,0101	(197,9955)
14.0 2	Pagamento Despesas Operacionais	(450,00)	1,0105	(445,3043)
16.0 2	Venda Mercadoria a Prazo ref NF 19	6.320,74	1,0110	6.252,1816
20.0 2	Compra de Mercadoria a vista ref NF 22	(3.800,00)	1,0118	(3.755,6573)
20.0 2	Aquisição de 01 Computador ref NF 122	(2.000,00)	1,0118	(1.976,6618)
23.0 2	Recebimento de Clientes ref Jan-04	4.200,00	1,0124	4.148,4025
24.0 2	Venda de Mercadoria a Vista ref NF 25	3.500,00	1,0126	3.456,2840
28.0 2	Venda de Mercadoria a Vista ref NF 26	2.100,00	1,0135	2.072,0488
28.0 2	Recebimento de Clientes ref Jan-04	4.800,00	1,0135	4.736,1115
	SDO QUE DEVERIA EXISTIR			29.972,8523
	SDO EXISTENTE	30.299,57	1,0137	29.890,0760
	Perdas Líquidas no Caixa			R\$ (83,91)

Quadro 27 – DFC III Fev-04

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pela Correção

Monetária Integral (CMI) em 29.02.2004:

Atividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	\$ 48.394,69	
Pagamentos a Fornecedores de Mercadorias	(\$ 19.406,53)	
Pagamentos Despesas Operacionais	(\$ 2.259,12)	
Caixa Líquido Consumido Nas		\$ 26.729,04
Atividades Operacionais		

Atividades de Investimento		
Pagamento pela Compra de Imobilizado	(\$ 2.003,74)	
Caixa Líquido Consumido Nas		(\$ 2.003,74)
Atividades de Investimento		
Aumento Líquido Nas Disponibilidades		\$ 24.725,30
Saldo de Caixa Inicial		\$ 5.691,67
Saldo de Caixa Final		\$ 30.416,97

Considerando o impacto sobre o caixa como se fosse as operações todas a vista no período pelo uso da correção monetária integral.

Cálculos referentes a movimentação de março de 2004:

Quadro 28 – Cálculo Perdas no Caixa pela CMI Mar-04

Cálculo das Perdas no Caixa: Março – 2004				
Data	Operação	Valor \$	UMC	Total em UMC
29.02	Saldo Inicial	33.250,00	1,0137	32.800,6314
01.03	Venda de Mercadoria a Vista ref NF 27	5.200,00	1,0139	5.128,9557
08.03	Recebimento de Clientes ref Jan-04	7.200,00	1,0149	7.094,2048
10.03	Pagamento a Fornecedores ref Jan-04	(22.500,00)	1,0152	(22.162,7685)
10.03	Compra de Mercadoria a vista ref NF 51	(3.750,00)	1,0152	(3.693,7947)
10.03	Pagamento Despesas Operacionais	(2.000,00)	1,0152	(1.970,0239)
17.03	Recebimento de Clientes ref Fev-04	6.400,00	1,0163	6.297,4931
23.03	Pagamento a Fornecedores ref Jan-04	(4.250,00)	1,0172	(4.178,1891)
26.03	Pagamento a Fornecedores ref Fev-04	(4.450,00)	1,0176	(4.372,8544)
26.03	Recebimento de Clientes ref Fev-04	9.150,00	1,0176	8.991,3747
27.03	Compra de Mercadoria a vista ref NF 72	(3.800,00)	1,0178	(3.733,5666)
30.03	Venda de Mercadoria a Vista ref NF 29	6.150,00	1,0182	6.039,7837
30.03	Pagamento Despesas Operacionais	(2.200,00)	1,0182	(2.160,5730)
	SDO QUE DEVERIA EXISTIR			24.080,6732
	SDO EXISTENTE	24.400,00	1,0184	23.959,1516
	Perdas Líquidas no Caixa			R\$ (123,76)

Quadro 29 – Cálculo Receita Comercial Financeira Mar-04

Cálculo da Receita Comercial Financeira: Março – 2004				
Data	Operação	Valor \$	UMC	Total em UMC
29.02	Saldo Inicial	22.570,65	1,0137	22.265,6111
08.03	Venda Mercadoria a Prazo ref NF 23	7.457,75	1,0149	7.348,1675

08.03	Recebimento de Clientes ref NF 12 -Jan-04	(7.200,00)	1,0149	(7.094,2048)
15.03	Venda Mercadoria a Prazo ref NF 24	4.692,84	1,0160	4.619,0543
17.03	Recebimento de Clientes ref NF 19 -Fev-04	(6.400,00)	1,0163	(6.297,4931)
23.03	Venda Mercadoria a Prazo ref NF 25	6.980,06	1,0172	6.862,1201
26.03	Recebimento de Clientes ref NF 18 -Fev-04	(9.150,00)	1,0176	(8.991,3747)
31.03	SDO QUE DEVERIA EXISTIR			18.711,8804
31.03	SDO EXISTENTE	19.239,33	1,0184	18.891,7223
	Receita Comercial Financeira Positiva			R\$ 183,15

Quadro 30 – Cálculo Despesa Comercial Financeira Mar-04

Cálculo da Despesa Comercial Financeira: Março - 2004				
Data	Operação	Valor \$	UMC	Total em UMC
29.02	Saldo Inicial	34.357,28	1,0137	33.892,9466
10.03	Pagamento a Fornecedores ref Jan-04	(22.500,00)	1,0152	(22.162,7685)
23.03	Pagamento a Fornecedores ref Jan-04	(4.250,00)	1,0172	(4.178,1891)
26.03	Pagamento a Fornecedores ref Fev-04	(4.450,00)	1,0176	(4.372,8544)
29.03	Compra de Mercadoria a prazo ref NF	5.123,30	1,0181	5.032,2328
31.03	SDO QUE DEVERIA EXISTIR			8.211,3675
31.03	SDO EXISTENTE	8.864,97	1,0184	8.704,8016
	Despesa Comercial Financeira Positiva			R\$ (502,51)

Baseando-se nos cálculos acima descritos, nota-se que o cálculo das perdas de caixa referente março de 2004 demonstrado pela suas operações juntamente com seus valores originais e corrigidos monetariamente pelo indexador financeiro já comentado, constata-se que houve perda de caixa da empresa no referido mês no valor de R\$ 123,76 (cento e vinte e três reais e setenta e seis centavos)

devido às variações inflacionárias do período. Em relação ao cálculo da receita comercial financeira a empresa teve uma receita financeira comercial positiva de R\$ 183,15 (cento e oitenta e três reais e quinze centavos) em relação às suas vendas e recebimentos desse mês de acordo com os índices financeiros e com saldo que poderia existir no período. Por outro lado o cálculo da despesa comercial financeira das compras e pagamentos a fornecedores, evidencia-se uma despesa comercial financeira positiva de R\$ 502,51 (quinhentos e dois reais e cinquenta e um centavos), ou seja, o saldo existente apresenta-se maior comparando com o saldo que deveria existir pelas correções monetárias aplicadas. Os valores de compras e vendas efetuadas a prazo foram trazidos a valor presente com base na taxa média nominal de juros ANBID na data necessária para demonstrar e analisar valores reais adequadamente às necessidades da empresa.

Diante disso, evidencia-se as variações que a empresa obteve de acordo com suas movimentações operacionais e financeiras com o auxílio dos índices financeiros.

A seguir, apresenta-se a demonstração do fluxo de caixa em valores originais de acordo com a legislação societária contábil e em valores corrigidos pela correção monetária integral:

Quadro 31 – DFC I Mar-04

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) em 31.03.2004:

Atividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	\$ 34.100,00	
Pagamentos a Fornecedores de Mercadorias	(\$ 38.750,00)	
Pagamentos Despesas Operacionais	(\$ 4.200,00)	
Caixa Líquido Consumido Nas		(\$ 8.850,00)
Atividades Operacionais		
Aumento Líquido Nas Disponibilidades		(\$ 8.850,00)
Saldo de Caixa Inicial		\$ 33.250,00
Saldo de Caixa Final		\$ 24.400,00

Quadro 32 – DFC II Mar-04

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pela Correção

Monetária Integral (CMI) em 31.03.2004:

Atividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	\$ 34.169,17	
Pagamentos a Fornecedores de Mercadorias	(\$ 38.842,97)	
Pagamentos Despesas Operacionais	(\$ 4.206,60)	
Caixa Líquido Consumido Nas		(\$ 8.880,40)
Atividades Operacionais		
Aumento Líquido Nas Disponibilidades		(\$ 8.880,40)
Saldo de Caixa Inicial		\$ 33.406,59
Saldo de Caixa Final		\$ 24.526,19

Considerando o impacto sobre o caixa das operações efetivas ocorridas no período pelo uso da correção monetária integral.

Quadro 33 – Cálculo Perdas no Caixa pela CMI Mar-04

Cálculo das Perdas no Caixa: Março - 2004				
Data	Operação	Valor \$	UMC	Total em UMC
29.0 2	Saldo Inicial	30.299,57	1,013 7	29.890,0760
01.0 3	Venda de Mercadoria a Vista ref NF 27	5.200,00	1,013 9	5.128,9557
08.0 3	Recebimento de Clientes ref Jan-04	7.200,00	1,014 9	7.094,2048
08.0 3	Venda Mercadoria ref NF 23	7.457,75	1,014 9	7.348,1675
10.0 3	Pagamento a Fornecedores ref Jan-04	(22.500,00)	1,015 2	(22.162,7685)
10.0 3	Compra de Mercadoria a vista ref NF 51	(3.750,00)	1,015 2	(3.693,7947)
10.0 3	Pagamento Despesas Operacionais	(2.000,00)	1,015 2	(1.970,0239)
15.0 3	Venda Mercadoria ref NF 24	4.692,84	1,016 0	4.619,0543
17.0 3	Recebimento de Clientes ref Fev-04	6.400,00	1,016 3	6.297,4931
23.0 3	Venda Mercadoria ref NF 25	6.980,06	1,017 2	6.862,1201
23.0 3	Pagamento a Fornecedores ref Jan-04	(4.250,00)	1,017 2	(4.178,1891)
26.0 3	Pagamento a Fornecedores ref Fev-04	(4.450,00)	1,017 6	(4.372,8544)
26.0 3	Recebimento de Clientes ref Fev-04	9.150,00	1,017 6	8.991,3747
27.0 3	Compra de Mercadoria ref NF 72	(3.800,00)	1,017 8	(3.733,5666)
29.0 3	Compra de Mercadoria ref NF	(5.123,30)	1,018 1	(5.032,2328)
30.0 3	Venda de Mercadoria a Vista ref NF 29	6.150,00	1,018 2	6.039,7837
30.0 3	Pagamento Despesas Operacionais	(2.200,00)	1,018 2	(2.160,5730)
	SDO QUE DEVERIA EXISTIR			34.967,2269
	SDO EXISTENTE	35.456,92	1,018 4	34.816,3001
	Perdas Líquidas no Caixa			R\$ (153,70)

Quadro 34 – DFC III Mar-04

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pela Correção

Monetária Integral (CMI) em 31.03.2004:

Atividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	\$ 53.344,97	
Pagamentos a Fornecedores de Mercadorias	(\$ 43.967,80)	
Pagamentos Despesas Operacionais	(\$ 4.206,60)	
Caixa Líquido Consumido Nas		\$ 5.170,57
Atividades Operacionais		
Aumento Líquido Nas Disponibilidades		\$ 5.170,57
Saldo de Caixa Inicial		\$ 30.416,97
Saldo de Caixa Final		\$ 35.587,54

Considerando o impacto sobre o caixa como se fosse as operações todas a vista no período pelo uso da correção monetária integral.

4 CONCLUSÃO

A realização do presente trabalho propiciou uma avaliação da eficiência da Correção Monetária Integral e da Demonstração do Fluxo de Caixa como ferramentas de análise financeira e gerencial para as empresas.

Ainda que a amplitude deste seja restrita à empresa Bom Recheio Comércio de Alimentos Ltda (empresa de cunho fictício) foi de grande valor para a compreensão destas ferramentas, a DFC e a CMI, pela sua capacidade de análise e possíveis impactos de

perdas de recursos financeiros que a empresa possa lidar com o atual mercado competitivo.

Impactos estes, que de uma forma ou de outra se pode obter informações indispensáveis para os proprietários da empresa Bom Recheio Comércio de Alimentos Ltda de acordo com suas necessidades.

Através de cálculos de índices financeiros pelo uso da Correção Monetária Integral nas movimentações da empresa estudada, aplicados na Demonstração do Fluxo de Caixa foi possível analisar as variações financeiras de janeiro, fevereiro e março de 2004 e verificar seu desempenho de gestão de caixa, de suas receitas e despesas comerciais financeiras de modo que fossem demonstrados os impactos acontecidos.

Seguindo a proposta deste trabalho fez-se, de forma objetiva, com base nas operações ocorridas nos primeiros três meses de

2004, uma análise comparativa dos fatos acontecidos evidenciando os valores originais e os valores corrigidos pelos índices financeiros pela correção monetária integral às variações inflacionárias do seu caixa, suas receitas comerciais financeiras e despesas comerciais financeiras. Comparação que evidenciou perdas de seus recursos financeiros devido ao prazo de suas compras bem distintas afetando seu caixa, de modo que os índices financeiros demonstraram as variações negativas das disponibilidades em cada mês analisado pela correção monetária integral em suas finanças a curto prazo. Os prazos das transações de suas compras e vendas foram consideravelmente pequenos e se fossem com prazos maiores, mais dilatados, a empresa teria uma perda mais significativa no contexto atual. Por outro lado, considerando, se as operações ocorridas fossem a vista a empresa teria perdas constantes e de certa forma variações negativas crescentes no decorrer do período analisado.

As sugestões de pesquisa para direcionar possíveis soluções seria a verificação da gestão financeira com análises de seus recursos usando a Correção Monetária Integral como ferramenta indispensável para a empresa. Análise da situação atual do

mercado, o exame da DFC comparando com as variações inflacionárias na empresa e o desempenho da mesma em um determinado período de tempo.

Com base nisto, pode-se avaliar possíveis direcionamentos a sua gestão de caixa quanto a possíveis mudanças em relação as suas vendas e suas compras de mercadorias em condições de prazos em suas finanças em curto prazo.

Diante disso, a Correção Monetária Integral juntamente com a Demonstração do Fluxo de Caixa são ferramentas indispensáveis para as informações financeiras e gerenciais apresentadas pela contabilidade para o bom funcionamento das empresas, sobretudo na empresa Boa Recheio Comércio de Alimentos Ltda onde tais ferramentas foram determinantes para uma análise de seu desempenho.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marcelo Cavalvanti. Correção Monetária Integral das Demonstrações Financeiras. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

BOLETIM IOB. Temática Contábil e Balanços. Anos 1993, 1996, 1997, 2000 e 2001.

BRASIL. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

FILHO, Ademar Campos. **Demonstração dos Fluxos de Caixa: Uma Ferramenta Indispensável para Administrar sua empresa.** São Paulo: Atlas, 1999.

FIPECAFI – ANDERSEN, Arthur. **Normas e Práticas Contábeis no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

FIPECAFI – CFC. **Aprendendo Contabilidade em Moeda Constante.** São Paulo: Atlas, 1995.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o trabalho Científico. Explicação das Normas da ABNT.** 13. ed. Porto Alegre: s.n., 2004.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira.** 7ª ed. São Paulo: Ed. Harbra, 1997.

GOMES, Josir Simeone; MARTINEWSKI, André Luís. O processo orçamentário em empresas brasileiras: estudo de caso. **Revista Brasileira de Contabilidade – CFC.** Brasília: novembro 2.001, nº 132, p. 72-81.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Manual de contabilidade das sociedades por ações.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. São Paulo: Atlas, 1987.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RODRIGUES, Francisco F. de A. **Administração de Pessoal e Recursos Humanos**. Rio de Janeiro: Senac/DFP, 1997.

ROSA, Paulo Moreira da; SILVA, Almir Teles da. Fluxo de Caixa – instrumento de planejamento e controle financeiro e base de apoio ao processo decisório. **Revista Brasileira de Contabilidade – CFC**. Brasília: junho 2.002, nº 135, p 82-95.

THIESEN, João Arno de Oliveira. A demonstração do fluxo de caixa nas organizações e sua importância como instrumento na tomada de decisão. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade – RS**. Porto Alegre: maio 2.000, nº 100, p. 8-13.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses – MDT**. 5. ed. Santa Maria: Ed. Da UFSM, PRPGP, 2000.

